

# DIÁLOGO GLOBAL <sup>3.5</sup>

5 edições por ano em 15 idiomas

Quarenta anos  
depois do golpe

Manuel Antonio Garretón

Sociologia como  
vocaçãõ

Elizabeth Jelin,  
Immanuel Wallerstein

O protesto  
continua

Brasil - Ruy Braga e  
Ricardo Antunes  
Egito - Asef Bayat e  
Mohammed Bamyeh  
Turquia - Polat Alpman,  
Zeynep Baykal e Nezihe Ergin

Desigualdade

Guy Standing,  
Juliana Franzoni,  
Diego Sánchez-Ancochea

- > A China na África
- > Marinheiros em geral
- > Uma ilha de massacres
- > Barreiras para o diálogo Sul-Sul
- > Sociologia na Albânia
- > Sociologia em tempos de turbulência
- > Reunião pré-Congresso no Japão
- > A equipe da *Diálogo Global* na Colômbia

NEWSLETTER



International  
Sociological  
Association



VOLUME 3 / EDIÇÃO 5 / NOVENBRO 2013  
[www.isa-sociology.org/global-dialogue/](http://www.isa-sociology.org/global-dialogue/)

GD



# > Editorial

## Colaboração Sul-Sul

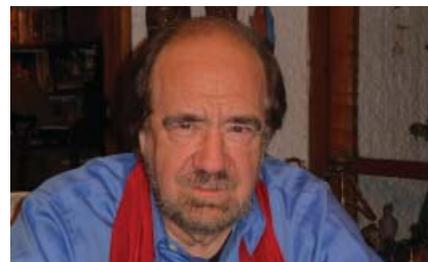
**V**iajando pela América Latina, rapidamente se descobre sua diversidade. Nesta edição, Juliana Franzoni e Diego Sánchez-Ancochea apontam para uma ampla virada continental contra a desigualdade. No entanto, mesmo nesse contexto, as diferenças ainda são gritantes. Assim, Chile e Uruguai ocupam as extremidades opostas do espectro entre o neoliberalismo e a socialdemocracia. Quando se trata de questões sociais, o primeiro está na idade das trevas, enquanto o segundo está na vanguarda da legislação liberal sobre drogas, direitos dos homossexuais e aborto. O Uruguai eliminou sua população indígena, e é racialmente e etnicamente muito mais homogênea do que, por exemplo, o Peru. Enquanto no Uruguai os Tupamaros entraram na coalizão governista de esquerda, no Peru e na Colômbia a guerrilha ainda está travando uma guerra extraparlamentar. De fato, a Colômbia é um paradoxo vivo – uma democracia de longa data combinada com a violência não regulamentada –, tanto que a DeJusticia, uma organização de advogados e cientistas sociais brilhantes, explora a constituição liberal da Colômbia para defender os indígenas e outras comunidades contra a violência.

A despeito das diferenças, os cientistas sociais latino-americanos criaram padrões de colaboração continental. Assim, o sociólogo chileno Manuel Antonio Garretón sublinha a importância histórica do intercâmbio acadêmico e intelectual entre os países latino-americanos, mesmo durante a ditadura. Aqui, o diálogo Sul-Sul é mais do que uma aspiração em desenvolver uma sociologia no Sul, do Sul e para o Sul; é uma realidade, muito embora sua intensidade possa tornar mais difícil um “diálogo para além da região”. Eliana Kaimowitz descreve as dificuldades que o DeJusticia experimentou para organizar um *workshop* para jovens ativistas de direitos humanos de todo o hemisfério sul. O primeiro problema foi levar os participantes para a Colômbia. As principais rotas de viagem passam por países do Norte, que dificultam a obtenção de vistos de trânsito. Soma-se a isso a frequente dificuldade encontrada na obtenção do visto colombiano. Por outro lado, vindo do Norte Global, eu nem sequer precisei de um visto para a Colômbia. Além disso, o *workshop* só foi possível graças ao generoso financiamento da Fundação Ford. É comum que os recursos do Norte sejam implantados no desenvolvimento de pesquisas no Sul, como no estudo de Ching Kwan Lee, da China na África, o estudo dos marinheiros migrantes e de transporte internacional de Helen Sampson, ou o estudo de Guy Standing acerca dos subsídios de renda básica na Índia. Não surpreendentemente, as universidades de elite, do Norte, tornaram-se um ímã para os talentos do sul.

Nossos dois contribuintes para a “Sociologia como Vocação”, Elizabeth Jelin e Immanuel Wallerstein, dedicaram-se a promover a relação Sul-Sul, bem como os diálogos Norte-Sul. Assim como entre os sociólogos do Norte não há uma homogeneidade –alguns são um pouco mais sensíveis às desigualdades globais do que outros –, também os do Sul não são homogêneos, com uma minoria sendo capaz de ir para além das fronteiras nacionais, enquanto a maioria permanece incorporada na dimensão local. Se as desigualdades globais limitam a colaboração Sul-Sul, então outros recursos, não apenas as mídias sociais, tornam-se críticos ao conectarem os movimentos sociais – explorados nesta edição pelo Brasil, Egito e Turquia –, como fazem os sociólogos através de plataformas como a nossa própria *Diálogo Global*.

> **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 15 idiomas no [website da ISA](#)**

> **Submissões devem ser enviadas para [burawoy@berkeley.edu](mailto:burawoy@berkeley.edu)**



**Manuel Antonio Garretón**, analista pioneiro sobre a América Latina, reflete sobre o destino da sociologia sob a ditadura chilena e do programa equivocado de política de que contribuiu para a queda de Allende há 40 anos.



**Elizabeth Jelin**, socióloga argentina de destaque, olha retrospectivamente para a sua variada carreira que ligava compromissos locais com conversas globais sobre justiça e igualdade.



**Immanuel Wallerstein**, ex-presidente da ISA (1994-98), vencedor do primeiro Prêmio ISA de Excelência em Pesquisa e Prática, descreve como sua pioneira análise dos sistemas-mundo levou-o a ver as limitações do pensamento disciplinar.

## > Editorial

**Editor:** Michael Burawoy.

**Editores Executivos:** Lola Busuttil, August Bagà.

**Editores Associados:**

Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa,  
Jennifer Platt, Robert Van Krieken.

**Conselho Editorial:**

Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoğlu,  
Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez,  
Habibul Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi,  
Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato,  
Vineeta Sinha, Benjamín Tejerina, Chin-Chun Yi,  
Elena Zdravomyslova.

**Editores Regionais**

**Mundo Árabe:**

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

**Brasil:**

Gustavo Taniguti, Juliana Tonche, Andreza Galli,  
Renata Barreto Preturlan, Ângelo Martins Júnior,  
Lucas Amaral, Celia Arribas, Rafael de Souza.

**Colômbia:**

María José Álvarez Rivadulla,  
Sebastián Villamizar Santamaría,  
Andrés Castro Araújo, Katherine Gaitán Santamaría.

**Índia:**

Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Jyoti Sidana,  
Uday Singh.

**Irã:**

Reyhaneh Javadi, Najmeh Taheri, Faezeh Khajehzade,  
Nastaran Mahmoodzade, Saghar Bozorgi,  
Zohreh Sorooshfar.

**Japão:**

Kazuhisa Nishihara, Mari Shiba, Kousuke Himeno,  
Tomohiro Takami, Yutaka Iwadata, Kazuhiro Ikeda,  
Yu Fukuda, Michiko Sambe, Yuko Hotta, Yusuke Kosaka,  
Yutaka Maeda, Shuhei Naka, Kiwako Kase, Misa Omori.

**Polônia:**

Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska,  
Krzysztof Gubański, Adam Mueller,  
Patrycja Pendrakowska, Emilia Hudzińska, Kinga Jakiela,  
Julia Legat, Kamil Lipiński, Konrad Siemaszko,  
Zofia Włodarczyk.

**Romênia:**

Cosima Rughiniș, Ileana-Cinziana Surdu,  
Monica Alexandru, Adriana Bondor, Ramona Cantaragiu,  
Miriam Cihodariu, Monica Nădrag, Cătălina Petre,  
Mădălin Rapan, Lucian Rotariu, Alina Stan, Mara Stan,  
Balazs Telegdy, Elena Tudor, Cristian Constantin Vereș.

**Rússia:**

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova,  
Elena Nikiforova, Asja Voronkova.

**Taiwan:**

Jing-Mao Ho.

**Turquia:**

Aytül Kasapoğlu, Nilay Çabuk Kaya, Günnur Ertong,  
Yonca Odabaş, Zeynep Baykal, Gizem Güner.

**Ucrânia:**

Svitlana Khutka, Olga Kuzovkina, Anastasia Denisenko,  
Mariya Domashchenko, Iryna Klievtsova,  
Lidia Kuzemska, Anastasiya Lipinska, Myroslava  
Romanchuk, Ksenia Shvets, Liudmyla Smoliar, Oryna  
Stetsenko, Polina Stohnushko.

**Consultores de mídia:** Gustavo Taniguti, José  
Reguera.

**Consultor Editorial:** Abigail Andrews.

## > Nesta Edição

Editorial: Diálogo Sul-Sul	2
Quarenta anos depois do golpe <b>Uma entrevista com Manuel Antonio Garretón, Chile</b>	4
Sociologia como vocação – Contra todas as desigualdades <b>Por Elizabeth Jelin, Argentina</b>	8
Sociologia como vocação – O cientista histórico-social <b>Por Immanuel Wallerstein, EUA</b>	10

### > O PROTESTO CONTINUA

#### BRASIL

As Jornadas de junho <b>Por Ruy Braga e Ricardo Antunes, Brasil</b>	12
--	----

#### EGITO

Os Limites da “Revolução” <b>Por Asef Bayat, EUA</b>	14
---	----

A Rua contra o Estado <b>Por Mohammed Bamyeh, EUA</b>	17
--	----

#### TURQUIA

Do insulto à insurreição <b>Por Polat Alpman, Turquia</b>	19
--	----

A arte da resistência <b>Por Zeynep Baykal e Nezihe Başak Ergin, Turquia</b>	21
---	----

### > DESIGUALDADES

O grande experimento da Índia <b>Por Guy Standing, Reino Unido</b>	24
---	----

A queda da desigualdade na América Latina <b>Por Juliana Martínez Franzoni, Costa Rica e Diego Sánchez-Ancochea, Reino Unido</b>	27
---	----

### > NOTAS DE CAMPO

A China na África <b>Por Ching Kwan Lee, Zâmbia</b>	29
--	----

Suportando as ondas <b>Por Helen Sampson, Reino Unido</b>	31
--	----

Porto Rico: uma ilha de massacres? <b>Por Jorge L. Giovannetti, Porto Rico</b>	33
---	----

### > SOCIOLOGIAS NACIONAIS E ALÉM

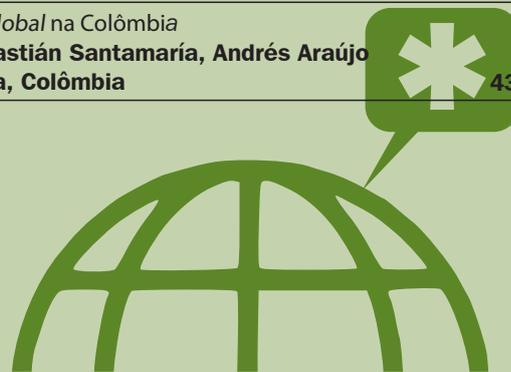
Verdadeiras barreiras para o diálogo Sul-Sul <b>Por Eliana Kaimowitz, Colômbia</b>	35
---	----

O desenvolvimento da sociologia na Albânia <b>Por Lekë Sokoli, Albânia</b>	37
---	----

Sociologia em tempos de turbulência <b>Por Ayse Idil Aybars, Turquia</b>	39
---	----

Acadêmicos jovens e experientes se reúnem em Yokohama <b>Por Mari Shiba, Kyoko Tominaga, Keisuke Mori e Norie Fukui, Japão</b>	41
---	----

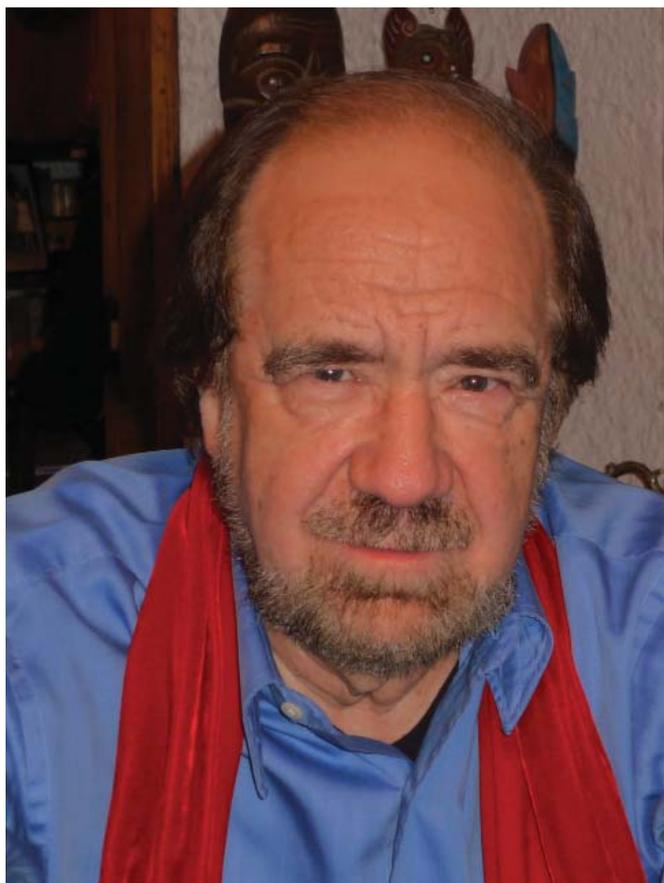
A equipe espanhola da <i>Diálogo Global</i> na Colômbia <b>Por María José Rivadulla, Sebastián Santamaría, Andrés Araújo e Katherine Gaitán Santamaría, Colômbia</b>	43
---	----



# > Quarenta anos depois do golpe chileno

## Uma entrevista com Manuel Antonio Garretón

### Parte I: A sociologia sob a ditadura



Manuel Antonio Garretón.

**M**anuel Antonio Garretón é um dos cientistas sociais mais conhecidos da América Latina. Graduou-se na Universidade Católica do Chile e obteve seu doutorado na École des Hautes Études en Science Sociales, de Paris. Foi diretor de várias instituições acadêmicas, ensinou em universidades nacionais e estrangeiras e foi consultor de organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais. Há poucos assuntos sobre os quais ele não tenha se debruçado, sempre com uma lente teórica e política. É autor de muitos livros sobre regimes autoritários, movimentos sociais e políticas de transição, bem como o estado das ciências sociais na América Latina. É professor de sociologia na Universidade do Chile. Ocupou recentemente a cadeira de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge, Reino Unido, e foi presidente do Comitê de Investigação sobre Classe Social e Movimentos Sociais (RC47) da ISA, 1998-2000. Em 2007, recebeu o Prêmio Nacional de Ciências Sociais e Humanidades do Chile. A entrevista foi realizada em Santiago, em 27 de julho de 2013.

**MB: Manuel Antonio, nos últimos 50 anos, você vivenciou alguns dos melhores e piores momentos da história mundial. Logo no início, você foi presidente da Federação de Estudantes da Universidade Católica, em Santiago, e mais tarde, em 1967, foi para Paris estudar com Alain Touraine. Lá, foi jogado na turbulência de 1968. Em 1970, voltou ao Chile para descobrir um movimento efervescente que traria Salvador Allende ao poder. Mas, aqui, estou interessado nos últimos 40 anos, desde o golpe de Estado. Então,**

>>

**me diga, o que você estava fazendo em 1973?**

**MAG:** Depois que voltei da França me tornei diretor do Centro para Estudos Sociais Interdisciplinares. Era um centro marxista, sediado na Universidade Católica do Chile, com os principais cientistas sociais. Quando o golpe veio, fui expulso da universidade e meu centro foi fechado. Eu tinha 30 anos, e havia duas opções: ir para o exílio ou permanecer. Eu estava envolvido na política da universidade, sempre ligado à política nacional, então decidi ficar.

**MB: Mas como você sobreviveu na ditadura como intelectual crítico, como sociólogo?**

**MAG:** O governo militar assumiu as universidades e expulsou as pessoas de esquerda que em algumas universidades eram maioria, e em outras, como na Universidade Católica, eram uma minoria, mas uma minoria muito significativa, sobretudo por conta de sua produção intelectual e da influência sobre os alunos. Aqueles que ficaram tentaram reunir-se em torno de uma instituição já existente ou criar novas instituições. A mesma coisa aconteceu em toda a América Latina, onde houve regimes militares. Um exemplo foi o CEBRAP, centro de São Paulo, criado por Fernando Henrique Cardoso e seus colegas.

Nós não poderíamos criar nada de novo, então ficamos sob a égide da FLACSO, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, que, até o golpe de estado, tinha sido uma instituição viva na formação de sociólogos e cientistas políticos em nível de graduação. Essa operação foi apoiada por fundações externas importantes, como a Fundação Ford, a Fundação Friedrich Ebert, fundações suecas e até mesmo pelo governo britânico, através de Harold Wilson. Mais tarde, quando os militares cortaram a imunidade diplomática de tais organizações internacionais, nós nos escondemos sob a proteção da Igreja e da Academia de Humanismo Cristão, criado pelo Cardeal Raúl Silva Henríquez, que, após a ditadura, tornou-se uma universidade. Mas, na década de 1980, outros centros foram criados – empresas de consultoria, corporações – que ofereceram proteção para os cientistas sociais.

**MB: O que vocês foram capazes de fazer nessas organizações, como na FLACSO?**

**MAG:** É preciso lembrar de que o Chile foi uma das principais sedes na América Latina de organizações internacionais. Com o golpe, o fluxo de estudantes secou e a FLACSO tornou-se uma espécie de instituição vazia; mas os que ficaram e os recém-chegados, como eu, dedicaram-se à pesquisa. No início, as pessoas vinham para estudar conosco informalmente e, em alguns casos – e isso é muito interessante –, alguns professores que ficaram na universidade nos enviaram seus alunos. Realizamos muitos cursos, sem título e sem validação alguma de créditos, especialmente mais

tarde, por intermédio da Academia de Humanismo Cristão. Nós tentamos preencher uma lacuna na educação da nova geração. Eles queriam saber o que estava acontecendo no seu país e na América Latina, e nós estávamos fazendo uma pesquisa sobre esses temas. Por isso, foi uma espécie de universidade livre, informal e aberta, uma contra-universidade. Mas o ensino era apenas uma pequena parte do nosso trabalho. Nosso principal trabalho foi a pesquisa, um monte de seminários, debates, viagens para o exterior e novos convidados. Foi uma espécie de sociologia pública em um contexto autoritário!

**MB: E como ocorreu de você ter tanta liberdade sob uma ditadura?**

**MAG:** O que você deveria entender é que o governo militar tentou controlar tudo. Na FLACSO, por exemplo – porque era uma agência intergovernamental –, foi nomeado um general para o conselho. Mais tarde, ele foi promovido a coronel e, em seguida, foi ainda nomeado Reitor (Chanceler) da Universidade do Chile. Embora eles tentassem controlar essas organizações e, inclusive, a Igreja Católica, isso, no entanto, foi muito complicado. Eles tentaram romper as relações que estávamos construindo com os movimentos sociais, e após os primeiros dois ou três anos de repressão pesada, eles continuaram a censurar nossas publicações e nossos resultados de pesquisas. Porém, quando começou a nova ordem econômica do neoliberalismo, eles também precisavam de um estudo de mercado, e por isso as pesquisas foram novamente permitidas. Eles tentavam controlar as perguntas, mas apenas de forma ineficaz e primitiva.

**MB: Se vocês estavam fazendo muita pesquisa, havia alguns obstáculos para a coleta de dados?**

**MAG:** Essa é uma pergunta interessante. Você sabe, como qualquer ditadura, o governo militar estava manipulando os dados de tal forma que não podíamos confiar neles. Tivemos que produzir nossos próprios dados. Por exemplo, o Instituto de Economia, CEPLAN, que foi liderada por Alejandro Foxley, que mais tarde tornou-se Ministro das Finanças no governo democrático, foi forçado a criar contas paralelas. Outras instituições tiveram que calcular seu próprio índice de preços, porque a medida que o governo fazia era muito distorcida.

**MB: Então, isso ocorreu em relação aos dados, mas o ocorreu com a teoria? Naquela época, como você pensava a ditadura e seu futuro**

**MAG:** Na América Latina da década de 1960 tinha-se uma nova onda de ciências sociais, centrada no marxismo, que tomou universidades e substituiu a teoria da modernização. Mas a realidade da ditadura era inteiramente nova. Então, começamos a procurar outros quadros teóricos, outras estruturas. E eu diria que naquele momento a perspectiva gramsciana foi muito útil ao apontar para novos campos. Ela



abriu uma nova janela para a realidade e uma porta para sair do marxismo ortodoxo. E, também, esse foi um momento importante para a ciência política, que mal tinha existido desde que a sociologia havia se assumido como a ciência social por excelência. A sociologia não é boa para estudar regimes políticos; é boa para estudar as condições sociais dos regimes ou os atores sociais que se opõem a tais regimes, mas não para estudar como um regime político opera. Assim, os sociólogos se tornaram cientistas políticos ou, como nós nos chamamos, “politólogos”.

**MB: Da maneira como descreve, parece que você era livre para fazer o que imaginasse. Eu presumo que você estava escrevendo sobre isso, verdade?**

**MAG:** Oh, nós escrevemos bastante e publicamos aqui no Chile. Na década de 1980, a FLACSO começou uma série de livros que incluía meu *El proceso político chileno*. Deilhe uma cópia da tradução em inglês, *The Chilean Political Process*. Nós também tivemos nossas revistas, das quais algumas foram proibidas. Em última análise, essas ditaduras eram regimes autoritários no sentido de Juan Linz, em vez de regimes totalitários fascistas que controlavam sua vida privada. Claro, alguns fizeram experiência de controle invasivo, mas eles não foram capazes de controlar os intelectuais, exceto em seu engajamento público. Por exemplo, nós nunca fomos convidados à TV. Mas podíamos levar nossa pesquisa para a rádio. Tivemos colunas em nossas revistas. Nós oferecemos material intelectual para a oposição, em parte porque nossa pesquisa estava conectada à experiência vivida das pessoas. Fomos capazes de aproveitar a experiência de outros lugares, como a transição da ditadura na Espanha (1976), para mostrar que tipo de oposição era possível aqui. Nós nos tornamos consultores para organizações estudantis.

**MB: Você já fornecia análises críticas desde o início da ditadura?**

**MAG:** Sim, desde então. Por exemplo, poucos meses após o golpe, clandestinamente, eu organizei o Relatório do Tribunal Russell, juntamente com meus colegas expulsos da universidade. Era parte de uma iniciativa internacional mais ampla para denunciar crimes contra a humanidade na América Latina, especialmente no Chile, porque a derrubada de Allende havia atraído demasiada atenção e preocupação do exterior. Naqueles dias, não havia computadores e tivemos de divulgar nosso relatório com cópias de carbono!

Com esse tipo de regime, havia espaços, alguns deles protegidos pela igreja, alguns por organizações internacionais e outros que não estavam institucionalmente protegidos, porque os militares não se importavam. Eu acho que o que também ajudou foi que a democracia cristã mudou seu apoio, do golpe para a oposição, protegendo intelectuais de esquerda. Assim, se você queria reprimir os intelectuais, significava que você teria que reprimir a democracia cristã, o que significaria reprimir entre 50% e 70% da população

chilena.

**MB: Então, o que aconteceu com as ideias do socialismo durante a ditadura?**

**MAG:** Muitos de nós fomos bastante ativos naquilo que se chamou de “renovação socialista”, que era repensar a relação entre socialismo e democracia, uma espécie de eurocomunismo. Olhando para a experiência chilena de 1970-1973, mas não sendo enganados pela retórica - porque a retórica era muito marxista -, nós nos perguntávamos, o que era o projeto de Allende? Não foi uma socialdemocracia, porque a socialdemocracia não tenta transformar o capitalismo. Nesse sentido, naquele tempo - para nós -, ser chamado de um socialdemocrata era um insulto. Depois, passou a ser um grande elogio! Foi uma tentativa de criar um socialismo com democracia, sem qualquer precedente histórico ou teórico. Não houve experiência de marxistas democraticamente eleitos para o Estado, no governo, tentando explicitamente fazer uma transição para o socialismo.

**MB: Logo, o que a derrota de Allende significou?**

**MAG:** De novo, a especificidade da esquerda latino-americana é importante. Aqui existiram partidos leninistas clássicos que leram a derrota em termos militares. Claro, tinham razão, houve uma derrota militar da esquerda, mas houve também o fracasso de um projeto, a falha em lidar com o que Allende e a Unidade Popular estavam fazendo. Eles estavam tentando fazer duas coisas: manter a democracia e construir o socialismo. Mas, com qual estrutura? Com uma estrutura leninista! Mas isso é impossível, pois pressupõe uma dualidade de poder, e o poder popular estava, em parte, já no estado, com Allende.

**MB: Ah, então o que você está dizendo é que a teoria leninista não correspondia ao projeto socialista democrático?**

**MAG:** Sim, o discurso leninista não era apropriado para o projeto, mas assustou a classe média e outros setores, com consequências fatais. Além disso, se você quer fazer uma revolução, que se trata de uma drástica e rápida mudança no modelo socioeconômico e político em um curto espaço de tempo, de acordo com a teoria leninista, é preciso um método revolucionário: um grupo que tome o poder, assuma o Estado e crie novas instituições e uma nova ordem social, o que implica violência e armas.

**MB: Certo, e o que é a teoria do projeto socialista democrático? O que substitui violência e armas?**

**MAG:** Ora, a maioria sociopolítica. Se você tiver a maioria política - a maioria social e política - no quadro democrático, você ganha. Você isola as forças que querem destruir instituições socialistas e restaurar o sistema capitalista. Criar uma maioria política é absolutamente diferente de um país para outro. Se você fosse argentino, eu diria para entrar no par-



tido peronista, ganhar a liderança do partido, e então você é maioria.

No Chile, para resumir a história, você tem uma sociedade construída depois de 1930, através da estreita relação entre partidos e movimentos sociais. Tome o movimento estudantil como exemplo: ele foi uma federação em que os candidatos eleitorais estavam em diferentes listas partidárias. A política estudantil foi uma ala jovem dos partidos. Isso não significa manipulação, mas uma espécie de imbricação, de entrelaçamento, o que fez com que o movimento estudantil nunca estivesse separado da política nacional. De modo mais amplo, você não tem classe social nos termos estritos, mas cada classe econômica foi organizada em relação aos partidos.

**MB: Nessa medida, como se cria uma maioria política?**

**MAG:** Como se cria uma maioria? Com a coligação de partidos. E como é que você cria uma maioria em um país dividido em três principais forças políticas - cada um com vários partidos dentro? A direita incluiu os partidos liberais e conservadores, e, em seguida, na década de 60, o Partido Nacional. O centro, durante os anos 30 e 40, foi representado pelo partido radical, e mais tarde foi substituída pela Democracia Cristã. E a esquerda incluía os comunistas e os socialistas, mas nos anos 60 também outros partidos menores, que se dividiam a partir do centro. Enquanto a esquerda não tem uma maioria política para transformar toda a sociedade, tem de fazer uma aliança com um dos outros polos, com o centro mais do que com a direita. Em 1973, nas eleições parlamentares, Allende, ou melhor, a Unidad Popular, conseguiu 44% dos votos, mas 44% em um sistema democrático não é a maioria.

**MB: Mas fazer uma coalisão com o centro significa**

**comprometer seu projeto de transformação.**

**MAG:** Sem dúvida. E isto é um problema. Mas o que seu amigo Gramsci diria? Compromete-se a fim de tentar vencer seu aliado, mas com mobilização e forças sociais, não com armas. Isso é política. Então, essa foi a principal lição de 1973. Se você quiser uma grande transformação da sociedade dentro de um contexto democrático, e para aprofundar esse quadro democrático, você deve ter a maioria política. A maioria eleitoral - ter mais votos do que qualquer outro partido - não é suficiente, pois você precisa de uma maioria social e política, expressa em percentagem de votos superior a 50%. Em um de seus famosos discursos, por volta de 1974, Berlinguer [o Secretário Nacional do Partido Comunista Italiano, 1972-1984], disse: "Nós vamos ganhar a próxima eleição na Itália, mas não tomaremos posse se a Democracia Cristã não aderir ao governo". Para fazer grandes transformações é necessária uma maioria para isolar as forças conservadoras, restauradoras e militares.

Para resumir, no período após o golpe, estávamos trabalhando o que chamamos de "renovação socialista": a criação de um novo quadro teórico para abordar a relação entre democracia e socialismo. Isto envolveu a discussão do dilema que você apontou, mas a discussão foi realmente sobre justificar a construção de uma coalisão com a Democracia Cristã para combater a ditadura. Desde 1980, o Partido Comunista foi contra essa estratégia.

**MB: Na próxima vez, discutiremos a implicação dessa estratégia "majoritária" para a derrubada da ditadura e os limites que se estabeleceu para o regime político seguinte. Por enquanto, obrigado a Manuel Antonio por esse relato tão fascinante da vida e do pensamento no período ditatorial. ■**

# > Contra todas as desigualdades

Por **Elizabeth Jelin**, IDES (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social), Argentina e membro do Comitê Executivo da ISA, 1986-1990

**Elizabeth Jelin** é uma socióloga argentina, muito conhecida por seu trabalho no campo dos direitos humanos, memória da repressão política, cidadania, movimentos sociais, gênero e família. Seus muitos livros incluem: *Los trabajos de la memoria* (2002, nova edição em 2012) (publicado em inglês como *State Repressions and the Labors of Memory*), *Fotografia e Identidade* (2010), *Mulheres e Mudança Social na América Latina* (1990). Tem atuado como professora visitante em inúmeras universidades, e membro de diversos diretórios internacionais acadêmicos, incluindo o Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais, Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, Instituto de Estudos do Trabalho na OIT, e na ISA. Atualmente é membro do Conselho Acadêmico da Wissenschaftskolleg zu Berlin bem como Pesquisadora Sênior na CONICET (Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina), e na IDES (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social) em Buenos Aires e professora do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNGS (Universidad Nacional de General Sarmiento). Em 2013 foi honrada com a mais alta premiação pela ciência na Argentina, o Prêmio Nacional Bernardo Houssay por Carreira na Pesquisa em Ciências Sociais.



Elizabeth Jelin.

**E**u tinha somente dezesseis anos quando chegou a época de escolher uma carreira profissional universitária. A onda de modernização na Universidade de Buenos Aires estava a todo vapor, e eu escolhi o recém-criado Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras. Foi um passo de adolescente rumo ao desconhecido e ao misterioso. Ninguém a minha volta sabia o que era sociologia. Mas a sociologia (ou melhor, um olhar das ciências sociais mais amplo não disciplinado) logo se tornou parte de mim, e manteve-se assim por toda a minha vida. O momento histórico foi especial: as controvérsias e os debates políticos sobre se deveria ou não haver ensino privado na Argentina eram intensos, e eles literalmente espalharam-se para as ruas da cidade. Eu estava entre aqueles que lutavam pelo ensino público e universal. Desde então, minha vida pessoal, meus interesses acadêmicos e meus engajamentos político-civis foram firmemente integrados em minha personalidade. É impossível separá-los, e nem eu quero.

Depois de minha experiência como aprendiz novata de pesquisa em Buenos Aires, e depois de pesquisar e ensinar no México, fiz meus estudos doutorais nos EUA. Eu cheguei em Nova Iorque no final dos anos 60: maio de 1968, novas admissões na Cidade Universitária, os protestos contra a



invasão norte-americana no Camboja (a que eu assisti enquanto estava no final da gestação) e o início de uma nova onda de feminismo reafirmaram como minha vida pessoal e familiar, e minhas convicções políticas, são totalmente, e inextricavelmente, integradas em minha agenda de pesquisa.

As desigualdades sociais e as lutas para alcançar a igualdade e justiça têm sido o centro de minhas atenções. Os tópicos e preocupações específicas mudaram, de acordo com as tendências e as questões prementes da época, assim como as condições sociais mais amplas: nos anos de 1970, os temas eram migrantes para as cidades latino-americanas, mulheres em setores urbanos populares, desigualdades de gênero no mercado de trabalho, movimentos trabalhistas e protestos operários; nos anos de 1980, os objetos eram os novos movimentos sociais e as lutas por cidadania e direitos humanos durante os processos de transição política na América Latina; e no período mais recente, eu foquei nas lutas pela memória da violência política e repressão, e as implicações mais amplas de lutas por direitos sociais, econômicos e culturais.

Eu me importo com as pessoas, eu estudo suas práticas cotidianas do mais íntimo e pessoal até o nível mais coletivo e público-político – por isso minha preocupação contínua com a família e as lógicas do cuidado. Eu exploro os significados e sentidos ligados à ação, assim como seus enquadramentos institucionais e estruturais. Estou interessada em ir além das palavras, incorporando linguagens visuais (especialmente a fotografia) e práticas reais. Um traço que liga meu trabalho é o interesse nos fenômenos sociais do ponto de partida da multiplicidade de temporalidades e processos que eles incorporam. Conectar história e biografia, ritmos e passos de mudança, conjunturas e a “longa duração” são, na minha opinião, a chave para entender o mundo social e imaginar um caminho para o futuro.

Uma de minhas paixões é ver os outros desenvolverem suas habilidades de reflexão, abrirem suas mentes e corações para pensamentos e experiências até então desconhecidos. Não existe melhor elogio ao meu trabalho do que quando alguém me diz: “Isso me fez pensar”. Com estudantes, isto envolve uma preocupação constante sobre como eles, enquanto jovens estudantes, tornam-se pesquisadores. Por décadas eu tenho devotado uma boa parte do meu tempo e esforços para seguir as etapas de formação de jovens pes-

quisadores. Curiosidade intelectual e experiência de vida são os ingredientes iniciais; depois vem o processo de descoberta, aprendendo como formular suas próprias questões, buscando respostas originais e reconhecendo que um sobrevive “nos ombros dos outros”. Aplicar fórmulas padrões não é possível. Não é fácil nutrir a imaginação intelectual sem impor pontos de vista e exercer o poder que a senioridade carrega consigo. Romper individualismo e isolamento promovendo diálogos horizontais e colaborações, têm sido minhas principais ferramentas. Eu tenho aplicado elas enquanto coordeno o programa de formação de jovens pesquisadores para estudarem “Memórias da Repressão”, trabalhando com colegas de seis países da América Latina. Esta é a minha principal responsabilidade docente no Programa de Doutorado em Ciências Sociais (organizado conjuntamente pela Universidade Nacional de General Sarmiento e pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social em Buenos Aires).

Uma viajante persistente, eu vivi, ensinei e pesquisei em muitos lugares, na América do Norte e Sul, Europa e além. Meu lugar de moradia e trabalho é Buenos Aires, enriquecida pelos constantes contatos internacionais. Em relação ao último, minha agenda é muito direta: mostrar aos colegas dos centros do poder acadêmico, no ocidente dominante, que a “periferia” tem algo para oferecer ao avanço do conhecimento e democratização dos fluxos do conhecimento. Indo na contramão do arranjo geopolítico corrente, o desafio é desenvolver perspectivas realmente cosmopolitas, abertas para o que está acontecendo no mundo além de nossas próprias localidades. Na verdade, foi na periferia que o saber cosmopolita emergiu e foi nutrido desde então, uma vez que a ideia de que pesquisadores da periferia *tem que* saber o que é produzido no centro. Eles também têm que colocar o conhecimento “central” em relação a sua própria localização acadêmica. Acadêmicos do centro, ao contrário, podem considerar o que é produzido em seus próprios locais como *ipso facto* universal, geral, e mesmo teórico. A longo prazo, esta atitude – geralmente enraizada em instituições e sistemas de avaliação – tem grandes consequências negativas, tanto em termos de perda de significado e conhecimento importantes para o avanço das disciplinas, quanto em termos de nossos valores e objetivos junto a um mundo mais igualitário. Vamos continuar a trabalhar ativamente para reverter estes desequilíbrios e desigualdades. ■

# > O cientista social histórico

Por **Immanuel Wallerstein**, Universidade de Yale, EUA e ex-presidente da ISA, 1994-1998



Immanuel Wallerstein.

As contribuições de **Immanuel Wallerstein** para as ciências sociais são marcadas por meio século de livros e artigos premiados, começando pelo seu estudo sobre o colonialismo e lutas de libertação nacional na África na década de 1960. A partir daí ele mudou para a pesquisa histórica detalhada da emergência e subseqüentes dinâmicas do “sistema-mundo moderno”. Nos anos de 1970, a abordagem do sistema-mundo de Wallerstein revitalizou a sociologia como uma empreitada histórico-comparativa. Seu programa de pesquisa criou um espaço receptivo para cientistas sociais da América Latina, África e Ásia, e, ao mesmo tempo, ele colaborou com acadêmicos de outras disciplinas para repensar o significado das ciências sociais. Viajando incessantemente, ele atuou em uma variedade de organizações, incluindo a presidência da ISA. Durante seu mandato, dedicou-se à inclusão de sociólogos de todo o mundo, especialmente do hemisfério Sul. Suas contribuições ao longo da vida foram recentemente reconhecidas pela ISA – o primeiro a receber o Prêmio pela Excelência em Pesquisa e Prática.

**E**u não tenho certeza de que a sociologia é a minha vocação. Como um estudante de graduação, eu transitei por todas as ciências sociais. Quando eu decidi fazer o trabalho de pós-graduação na sociologia, foi porque eu senti que a sociologia, enquanto uma estrutura organizacional, poderia ser menos limitadora do que qualquer outra “disciplina” que eu pudesse estudar. Em retrospecto, eu penso que estava certo sobre isso.

Eu entrei no departamento da Universidade de Columbia, na época (1950) considerada (com alguma justiça) como *locus* central da sociologia no mundo. Eu não me encaixava, entretanto, no perfil que se esperava dos alunos da Columbia. Eu não estava fazendo uma dissertação sobre Merton ou Lazarsfeld. Eu estava interessado na

África, o único que tinha este interesse no departamento. Paul Lazarsfeld me disse uma vez que eu era o único graduando lá que já tinha ouvido falar na Revolução Francesa. Um pouco de exagero, sem dúvida, mas pressagiou para onde eu estava indo. Felizmente, o departamento foi de alguma forma afetado pelas minhas qualidades esotéricas, e ele me tolerou.

Eu comecei a ensinar na Columbia como membro júnior em 1958. Em 1963, a Columbia teve seu primeiro afluxo de estudantes de pós-graduação que estiveram no Corpo da Paz (Peace Corps) – estudantes, portanto, que haviam estado no que chamávamos na época de terceiro mundo e que estariam, obviamente, interessados na política e economia do mundo fora dos EUA. Os cursos que eu dei (sozinho e em colaboração com Terry Hopkins) eram muito populares entre estes estudantes (e com alunos de outros departamen-



tos de ciências sociais).

Veio então a revolta do campus de 1968. Os estudantes de sociologia estavam na vanguarda e os professores mais jovens estavam profundamente envolvidos. A revolução-mundo de 1968 não só transformou a política dos participantes, mas também suas perspectivas epistemológicas. Eu escrevi sobre isso em um artigo chamado “*A cultura da Sociologia em desordem: o impacto de 1968 nos sociólogos norte-americanos*”<sup>1</sup>. Em 1970-1971 eu escrevi o volume I do *Sistema Mundial Moderno*. Até então, eu estava achando o rótulo de “sociólogo” um tanto incorreto para descrever minha auto-imagem. Eu comecei pensar em mim mesmo como um “cientista social histórico”.

A questão da auto-descrição regularmente emergia como um problema cada vez mais sério, e isto de duas formas ou em duas frentes. A primeira era a imagem que os outros tinham de mim, especialmente fora dos EUA. Na Europa, e especialmente na França, onde eu passei muito tempo, outros acadêmicos, escrevendo sobre minhas opiniões nisto ou aquilo me descreviam de várias maneiras: muitas vezes mas como historiador, um historiador econômico, ou como economista, ou alguma combinação destes, que como sociólogo.

Mas o maior problema estava nos EUA. Como um grande número de sociólogos, eu submetia projetos à várias fundações para financiamento. Eu encontrei um problema, talvez incomum, especialmente se eu submetesse um projeto à Fundação Nacional de Ciência. Mesmo com a simpatia beneficente da equipe do coordenador, as avaliações eram dramaticamente divididas – duas super entusiásticas e duas totalmente negativas. Nós discernimos que isto refletia uma séria divisão epistemológica sobre o que era “boa” ciência; e eu voltei minha atenção para o estudo das origens e dos parâmetros do que eu passei a chamar de “estruturas do saber”.

Esse trabalho me levou ao que eu penso ser uma visão mais clara sobre as disciplinas (e portanto “vocações”) nas quais nós dividimos nosso trabalho – sua história, sua validade, seu futuro. Eu acredito que o que nós chamamos disciplinas são três coisas separadas. (1) elas são uma reivindicação intelectual para a autonomia de uma categoria de fenômenos com fronteiras relativamente claras, de modo que a pesquisa cai dentro ou fora dos limites. (2) elas são estruturas organizacionais que reivindicam um território e perseguem esta reivindicação por direitos exclusivos ou primários para este território em organizações dentro de universidades, revistas, a organizações nacionais ou internacionais. (3) elas são uma cultura de referências comuns, estilos de trabalho e figuras heróicas, que as organizações pressionam os indivíduos para respeitar e validar.

No relatório da Comissão Gulbenkian<sup>2</sup> que eu coordenei, nós argumentamos que os três significados das disciplinas

se encaixam bem em um período entre 1870 e 1950, mas isto veio a ser uma disjuntura depois daquele tempo, por uma série de motivos. O resultado foi nossa presente situação, em que as antigas reivindicações intelectuais sobre as fronteiras são altamente contestadas e o trabalho feito sob qualquer um dos rótulos sobrepõe consideravelmente o trabalho feito sob outros rótulos. Um resultado é a alta demanda por inter (multi, trans, etc) trabalho disciplinar.

Ao mesmo tempo, as reivindicações organizacionais por territórios são, senão, mais fortes do que nunca e certamente resistentes a qualquer redefinição de fronteiras. As “culturas” de várias disciplinas evoluíram menos do que se costuma afirmar, algo que pode ser atestado se olharmos as notas de rodapé dos artigos acadêmicos.

Finalmente, há aquilo que eu acredito que vem acontecendo ao sistema-mundo no qual nos encontramos, o que eu afirmo ser uma economia-mundo capitalista. Eu acredito que estamos numa crise estrutural do sistema e isto nos impede, a todos, a nos preocuparmos de uma forma bastante ativa com os possíveis resultados dessa crise estrutural. Eu dato o início desta crise estrutural desde pelo menos a revolução-mundo de 1968 e eu entecipo que esta crise não será resolvida que pelos próximos 20-40 anos. Como resultado disto, eu tenho escrito muito sobre essa crise estrutural, suas consequências prováveis e as escolhas políticas e morais que ela implica.

Por isso, quando alguém me pergunta que tipo de trabalho eu faço, hoje em dia eu digo que meu trabalho está em três áreas diferentes. Em primeiro lugar, eu tento analisar o desenvolvimento histórico do sistema-mundo moderno. Em segundo, eu tento analisar a crise estrutural na qual o sistema-mundo se encontra agora. E em terceiro, eu tento analisar a crise nas estruturas de saber, que é parte da crise estrutural do sistema-mundo moderno, mas que precisa também de uma análise particular detalhada.

Esse trio de tarefas é a minha vocação. E a melhor breve descrição desta vocação é a de cientista social histórico. Eu deveria ressaltar, entretanto, que eu tenho meu doutorado em sociologia e que eu tive todos os meus compromissos universitários em departamentos de sociologia. Além do mais, é claro, fui presente da ISA. Eu não vejo necessidade de renunciar a essas filiações organizacionais, já que nenhuma outra seria melhor. E a sociologia, como eu disse antes, é provavelmente mais tolerante com o meu perfil do que qualquer outra disciplina seria. ■

<sup>1</sup> Craig Calhoun, ed. (2007). *Sociology in America: A History*. Chicago: University of Chicago Press, pp.427-437.

<sup>2</sup> Immanuel Wallerstein (coordinator) (1996). *Open the Social Sciences: Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*. Stanford: Stanford University Press. Em português: *Para Abrir as Ciências Sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais*: Lisboa: Publicações Europa-América, 1996; São Paulo: Cortez, 1996

# > As Jornadas de junho no Brasil

Por **Ruy Braga**, Universidade de São Paulo, Brasil e Membro Comitê de Pesquisas da ISA em Movimentos Trabalhistas (RC44) e **Ricardo Antunes**, Universidade Estadual de Campinas, Brasil



Os protestos de junho do Brasil marcam tanto as limitações quanto o esgotamento do seu motor de crescimento econômico.

**J**unho de 2013 entrará para a história das rebeliões sociais no Brasil. Começando em 6 de junho com uma passeata em São Paulo, com aproximadamente 2 mil pessoas, contra o aumento das tarifas no transporte público, os jovens do Movimento Passe Livre (MPL) não poderiam imaginar que estariam sacudindo o país, numa explosão que só teve similar na campanha pelas eleições diretas, em 1984, ainda sob a ditadura militar.

De fato, entre os dias 19 e 23 de junho, cerca de 400 cidades, incluindo 22 capitais, saíram em manifestações e passeatas, aglutinando, segundo pesquisa realizada pelo instituto Ibope, cerca de 6% da população brasileira. Essa onda de mobilização popular pode ser explicada por três razões principais. Por um lado, veri-

ficamos a fadiga do atual modelo de desenvolvimento apoiado sobre o consumo degradante de força de trabalho barata, em gerar empregos e distribuir renda. Por outro, devemos levar em consideração o aprofundamento da crise econômica internacional, bem como suas implicações sobre o atual regime de acumulação brasileiro em termos de desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Finalmente, percebemos a transformação de um estado mais ou menos latente de inquietação social que acompanhou o bom desempenho do PIB entre 2005 e 2010 em uma generalizada indignação popular que transbordou para as ruas nos últimos meses.

O primeiro mandato de Lula foi marcado por uma política econômica ortodoxa e terminou em um ruído escândalo de corrupção. Este

fato obrigou o governo ajustar seus rumos, elevando ainda mais os gastos sociais, aumentando o salário mínimo acima da inflação e reforçando o crédito popular. Como bem demonstrou o cientista político André Singer, essa estratégia ajudou a garantir a sedimentação do apoio eleitoral dos setores mais empobrecidos da população brasileira ao modo de regulação lulista.

Além disso, a fim de administrar os crescentes encargos impostos pela dívida pública e visando recuperar o apoio que havia perdido em importantes setores da classe trabalhadora, o governo federal estimulou a formalização do mercado de trabalho. Este processo fez com que os trabalhadores acendessem a um patamar superior de proteção social. A aceleração do ritmo de crescimento da economia na última década puxada



pela elevação no preço das commodities brasileiras coroou a combinação entre o aumento dos gastos sociais e a ampliação da cobertura da proteção trabalhista.

No entanto, tendências críticas subterrâneas ao atual regime hegemônico vieram lentamente à tona. Afinal, além dos avanços da formalização, do mercado de trabalho aquecido e dos ganhos reais do salário mínimo, o atual modelo de desenvolvimento também se apoiou sobre o aumento do número de acidentes de trabalho, a intensificação do ritmo da rotatividade do trabalho, a elevação da taxa de terceirização da força de trabalho, o aprofundamento da flexibilidade da jornada de trabalho, além do declínio relativo dos investimentos em transporte público, saúde e educação.

A outra face do modelo alimentou um estado mais ou menos permanentemente de inquietação entre os trabalhadores, em especial, entre os setores mais jovens, não qualificados, não sindicalizados, semiquilificados e sub-remunerados. Não podemos esquecer que nos últimos dez anos, 94% das vagas criadas no mercado formal de trabalho pagam até 1,5 salários mínimos (aproximadamente, US\$ 450,00).

Se levarmos em consideração que 65% do total das vagas formais foram ocupadas por jovens entre 18 e 28 anos entenderemos porque a inquietação social gerada pela fadiga do atual modelo concentrou-se, em especial, neste grupo, levando-o a cumprir um papel-chave na deflagração das Jornadas de Junho. Con-

forme a pesquisa realizada pela consultoria "Plus Marketing" na passeata do dia 20 de junho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, a maioria dos manifestantes encontra-se empregada (70,4%), ganhando até um salário mínimo (34,3%). Se somarmos estes aos que ganham entre dois e três salários mínimos (30,3%), perceberemos que mais de 64% do total de um milhão daqueles que foram às ruas no Rio de Janeiro fazem parte desse proletariado precarizado urbano.

Além disso, indícios de uma forte elevação na atividade grevista no país já eram visíveis desde, ao menos, o ano de 2008. Após 2010, segundo dados atualizados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as greves multiplicaram-se. O número de horas paradas em 2012 foi 75% superior ao de 2011, alcançando um pico histórico inferior apenas aos anos de 1989 e de 1990. A combinação de desaceleração do crescimento econômico com um mercado de trabalho ainda aquecido nos ajuda a explicar esse importante fenômeno.

Na realidade, o que vemos hoje nas ruas é um movimento politicamente multiforme, bastante diferente de outros que aconteceram na recente história do país. Além disso, é possível perceber mudanças no perfil dos manifestantes: começaram com estudantes e trabalhadores que utilizam o transporte coletivo e que por meio do MPL, desde 2005, vêm organizando manifestações em várias cidades, como Florianópolis, Porto Alegre, Vitória, Salvador, além de jovens militantes de partidos de esquerda, como o PSOL, o PSTU e o

PCB. Pouco a pouco elas foram se ampliando e, depois da violenta repressão policial à passeata do dia 13 de junho na cidade de São Paulo, os protestos alargaram seu escopo, chegando às periferias, onde uma massa plebéia de jovens iniciou um processo de mobilização que já bloqueou várias rodovias na cidade de São Paulo. Além disso, essa massa de jovens e trabalhadores precarizados atraiu a classe operária tradicional: no dia 11 de julho, uma greve geral que contou com a participação de aproximadamente 3 milhões de trabalhadores paralisou as principais capitais do país.

Tudo somado, essas greves e manifestações fizeram ruir o mito de que o Brasil seria um país de classe média a caminho de se transformar na quinta potência econômica mundial. Um país onde o povo está satisfeito com seus governantes e com o atual modelo de desenvolvimento. O atual ciclo de mobilizações demonstrou a existência de uma profunda inquietação com a reprodução do atual modelo de desenvolvimento e, por isso mesmo, deve durar ainda um bom tempo.

Uma inquietação que tem por fundamento a contradição entre, por um lado, a retomada do ciclo privatizante, ilustrada pelo recente processo de privatização de portos, aeroportos e rodovias federais, e, por outro, demandas públicas por direitos universais, como saúde, educação e transporte públicos. Ou, como bem sintetizou a mensagem amplamente reproduzida de um cartaz durante as Jornadas de Junho: *"Não é por centavos, é por direitos!"*



# > Os limites da “Revolução”

Por **Asef Bayat**, Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, EUA



| *Presidente Morsi enfrenta os militares.*

**A** libertação do ex-presidente Hosni Mubarak da prisão, no dia 22 de agosto de 2013, representa um ponto de inflexão: ela marca uma restituição contrarrevolucionária que havia começado, provavelmente, no dia posterior à renúncia de Mubarak, em 11 de fevereiro de 2011, mas que culminou no dia 03 de julho de 2013, quando o general el-Sisi forçosamente derrubou o presidente eleito Mohamed Mursi, o homem da Irmandade Muçulmana.

O militar anulou a constituição e instalou um governo civil interino para realizar novas eleições para presidente, parlamento e constituição. Em uma violenta repressão, que deixou mais de 1.000 mortos (incluindo 100 policiais), os generais começaram a reprimir a Irmandade Muçulmana desafiante. Com os Irmãos Muçulmanos em retirada e a oposição “liberal-secular” em desordem, os Mubaraquistas regozijaram-se em êxtase e passaram à ofensiva nos meios de comunicação, nas ruas e nas



instituições do Estado. Uma orgia de chauvinismo, desinformação e autoidulgência alimentou suas fantasias de restaurar o antigo regime. A velha guarda – os capitães da segurança, chefes de inteligência, grandes empresários e chefes da mídia – ganhou sangue fresco. Logo, a vigilância começou a se estender da Irmandade para caçar qualquer figura conhecida considerada desafiante da nova regra – incluindo a esquerda, liberal e revolucionária. Mesmo Mohamed El-Baradei, o ex-vice-presidente do novo governo, não foi poupado. Atorados, os revolucionários (os eleitores dispersos que iniciaram e realizaram a revolta de 25 de Janeiro de 2011, pela causa “pão, liberdade e justiça social”) assistiram a contrarrevolução em marcha.

Como essa virada poderia acontecer depois de mais de dois anos de luta revolucionária incessante? Se as revoluções são sobre mudança profunda, então todas as revoluções trazem consigo os germes da contrarrevolução, à espera de uma oportunidade para atacar; mas elas raramente são bem sucedidas, principalmente porque não têm apoio popular. O infame 18 Brumário de Louis Bonaparte não durou muito tempo, e a Revolução Francesa reafirmou-se. As revoluções de 1848 na Europa superaram a onda de formidáveis contrarrevoluções, assim como as novas democracias derrotaram as velhas ordens no decorrer de duas décadas. No século XX, as intrigas internas e guerras internacionais contra as revoluções na Rússia, China, Cuba e Irã falharam, ainda que tenham contra atacado essas revoluções de modo profundamente consciente e repressivo. Nas Filipinas, as tentativas consecutivas de golpes militares contra o governo de Cory Aquino, seguindo a “Revolução do Povo” anti-Marcos, em 1986, foram todas neutralizadas. Apenas na Nicarágua, rara experiência de regime democrático após a revolução de 1979, a contrarrevolução aconteceu por intermédio dos meios eleitorais; o suporte norte-americano ao grupo contrarrevolucionário “contras” prejudicou severamente o governo revolucionário sandinista, garantindo,

assim, a vitória eleitoral da conservadora Violeta Chamorro, em 1990.

Mas, no Egito, o rumo dos acontecimentos não foi muito rebuscado. Egito, Tunísia e Lêmen, como sugeriu em outra ocasião<sup>1</sup>, não tiveram revoluções no século XX, no sentido de uma rápida e radical revisão do Estado; antes, eles experimentaram “refo-luções”, ou revoluções que queriam impulsionar reformas em e através das instituições dos estados incumbentes. Nessa trajetória paradoxal, os revolucionários receberam um maciço apoio popular, mas faltou poder administrativo; eles ganharam notável hegemonia, mas não chegaram a governar, com a consequência de que tinham que contar com as instituições dos estados incumbentes (por exemplo, os ministérios, o judiciário, as Forças Armadas) para mudar as coisas. Claro que era ingênuo esperar dessas instituições, com arraigados interesses escusos, que alterassem ou corrigissem a si próprias. Elas permaneceram desafiadoras, esperando por uma chance de contra atacar. Os revolucionários rapidamente perceberam sua desvantagem, mas pouco podiam fazer além de liderar protestos de rua “heróicos”; isso porque eles não tinham uma organização sólida e coerente, uma liderança forte, e muito menos o poder coercitivo para implantar quando necessário.

Assim, enquanto os revolucionários não islâmicos foram rapidamente marginalizados, a Irmandade Muçulmana altamente organizada conseguiu, mesmo com uma pequena maioria, formar um governo via eleição. Mas eles não conseguiram atender a demanda da revolução de “pão, liberdade e justiça social”. Em todo caso, eles se concentraram em consolidar seu próprio poder, mesmo que isso tenha significado comprometer-se com as instituições do “núcleo duro do Estado”, como a polícia e o aparelho de inteligência, que na verdade precisavam de uma grande reforma. Eles implantaram a religião para justificar o regime, fan-

tasiado de “islamizar” o Estado, que continuou com a economia neoliberal e mostrou uma incapacidade enorme de governo. Já desprezado pelos partidários de Mubarak, a Irmandade começou rapidamente a perder a simpatia de muitas pessoas comuns que haviam apoiado a presidência de Morsi. Até o final de seu primeiro ano, o presidente Morsi e seus patronos foram considerados um obstáculo para o aprofundamento da revolução. Assim, a oposição ao governo da Irmandade, na prática, “aliaram” aos revolucionários anti-Mubarak e com os Mubarakistas contrarrevolucionários que, juntamente com milhões de desencantados egípcios comuns, criaram a rebelião de 30 de junho. O movimento (rebelião) *tamarrod* serviu como catalisador para mediar a “aliança” desses estranhos companheiros. Seus ativistas trabalharam dia e noite durante meses, antes de 30 de junho, para mobilizar o encontro da dissidência; segundo eles, cerca de 22 milhões de assinaturas formaram uma moção de censura a fim de destituir o presidente Morsi.

Assistindo a imensa dissidência sem uma liderança unificada poderosa, os militares incentivaram e saltaram na onda para liderar sua expansão, inserindo-se como líderes da “revolução anti-Morsi”. Muitos egípcios, na época, viram a intervenção militar como uma necessária “coerção revolucionária” para remover a barreira-chave, ou seja, a regra da Irmandade, que, segundo eles, havia parado a revolução. Mas eles mal podiam imaginar o que os generais e seus parceiros contrarrevolucionários fariam após 3 de julho. Os relatórios dos círculos militares e contrarrevolucionários que apoiaram o *tamarrod*, com a intenção de banir Morsi, não deveriam obscurecer a verdadeira discordância generalizada que o regime da Irmandade já havia instigado. Há uma diferença entre o que os líderes do *tamarrod* tinham em mente e a idéia popular acerca do *tamarrod*, que havia conquistado a imaginação de milhões de egípcios



comuns antes da rebelião de 30 de junho. Em uma de minhas conversas aleatórias com as pessoas nas ruas, eu falei com um homem, pai de quatro filhos, mecânico de barcos turísticos, que tinha deixado para trás sua família no sul da cidade de Aswan para ir ao Cairo para trabalhar, pois havia perdido seu emprego. Irritado com Morsi, ele disse que a Irmandade não “teve cabeça para governar o país”, “eles dizem que o turismo é haram [não permitido], ou que os estrangeiros devem voltar para casa”. A Irmandade, continuou ele, “é terrível; mas esse 30 de junho será o seu fim; as pessoas sairão às ruas para derrubá-los”. Ele afirmou isso em 9 de junho, três semanas antes do 30 de junho, portanto. A Irmandade foi, de fato, derrubada, mas os militares e a contrarrevolução emergiram triunfantes.

O movimento dos militares alvejou não apenas a Irmandade Mulçumana, mas também a revolução per se. Como a velha guarda Mubarakista, eles nunca chegaram a um acordo com a própria *idéia de revolução* – a *idéia* de que o Egito havia mudado, para que novos atores, sentimentos e modos de fazer as coisas surgissem, e que esses seriam suscetíveis de perturbar as hierarquias estabele-

cidas, governantes vs governados, ricos vs pobres, sheiks vs leigos, homens vs mulheres, velhos vs jovens ou professores vs alunos. Para reafirmar seu domínio, a velha guarda já intensificou sentimentos nacionalistas, mas não hesitará em trazer a religiosidade conservadora (mesmo do tipo salafista), juntamente com o neoliberalismo econômico, e reimplantar sua trindade ideológica – Moral, Mercado e Militarismo.

Poderia isso ter sido evitado, tendo em vista que a contrarrevolução estava determinada a contra-atacar? Se a irmandade fosse verdadeiramente inclusiva, e fossem preparados para trabalhar com a oposição não islâmica em uma coalizão revolucionária, e se a oposição não islâmica, embora liberal, estivesse preparada para reconhecer os islâmicos eleitos como parceiros em uma ampla política representativa, as coisas poderiam ter sido diferentes. De fato, um possível equilíbrio de forças entre os islâmicos eleitos, a oposição não islâmica e a velha guarda moderada poderia, por padrão, ter gerado um espaço de debate sobre questões como cidadania, liberdades civis, direitos e responsabilidades – um espaço em que os partidos poderiam

ter aprendido por intermédio da prática de como jogar as regras do jogo democrático. Claro, tal política não seria apta para resolver as reivindicações poderosas por justiça social, mas as classes subalternas teriam tido maior oportunidade para mobilizarem-se, mais do que têm agora com a contrarrevolução.

Isso soa como uma especulação abstrata, mas não tem relação direta com a Tunísia. A decisão de al-Nahda, na Tunísia, serviria aos seus próprios interesses se fosse mais inclusiva em seu funcionamento com a oposição secular, reconhecendo suas preocupações com os direitos civis e individuais. E as forças seculares que se opõem a Ben Ali iriam garantir a sua nova liberdade se eles tivessem reconhecido o partido religioso, al-Nahda, como um jogador, e até mesmo um parceiro na esfera pública tunisina. Uma contrarrevolução populista, se fosse bem sucedida, poderia destruir não só o Islã político, mas também a *intelligentsia* secular que tivesse acabado de se recuperar da “morte política” sob o estado de polícia de Ben Ali. ■

<sup>1</sup> Bayat, A. (2013) “Revolution in Bad Times.” *New Left Review* 80: 47-60.

# > As Ruas contra o Estado

Por **Mohammed A. Bamyeh**, Universidade de Pittsburgh, USA, Editor da *International Sociology Reviews* da ISA



No Cairo, a arte de rua é onipresente e política. Aqui uma pintura de parede conecta antigas lutas egípcias com imagens de mártires contemporâneos.  
Foto por Mohammed Bamyeh.

A primeira grande fase da Revolução Egípcia acabou: o período entre 11 de fevereiro de 2011 e 14 de agosto de 2013 assinalou um período claramente definido. Começa com o aparente colapso do antigo regime. Termina com seu retorno, sedento de vingança, mas com uma diferença: agora, ele alega agir em nome da revolução. Uma aparente maioria da população tornou-se descontente com a regra de curta duração da Irmandade Muçulmana, o que serviu de base para a intervenção militar que depôs o primeiro presidente eleito democraticamente na história do Egito.

No entanto, não está totalmente claro que as pessoas comuns que haviam apoiado a remoção de Morsi realmente queriam o banho de sangue de 14 de Agosto, quando os militares destruíram dois campos pró-Morsi, matando cerca de 1.000 pessoas, ou na ocasião dos dois outros massacres menores que o precederam. Tampouco está claro que eles queriam que os militares controlassem o país com força ainda maior do que sob regência de Mubarak, como parece estar acontecendo agora. Afinal, não há nada nos 30 anos de Mubarak que lembra as atrocidades cometidas pelo regime militar que está no poder. Nem sequer a era Mubarak testemunhou uma imprensa tão uni-



formemente pró-regime. Dois terços das províncias do Egito estão agora governados por militares ou policiais de alto escalão. O mais notável é a forma pela qual o aparato de segurança do antigo regime voltou à vida com tanta força, não obstante houvesse poucos sinais dele nesses dois anos e meio. É como se o velho Estado simplesmente tivesse se escondido tão profundamente no subsolo que ninguém ainda suspeitasse de sua existência, para então ressurgir, com todo seu potencial assassino no momento apropriado. É um aparato que prospera sobre a violência: deu o seu melhor para encorajar seus adversários a se tornarem violentos, de modo a justificar a implantação de toda força do estado de segurança.

A complexa dinâmica da Revolução Egípcia não pode, contudo, ser resumida em termos de luta pelo poder estatal. Na verdade, a energia mais revolucionária desde janeiro de 2011 tem sido descarregada diretamente contra o Estado, mais do que como demandas para uma pessoa específica ou partido para assumir o controle. Essa atitude popular, enraizada em propensões anarquistas comuns<sup>1</sup>, não tem sido entendida nem por partidos políticos organizados nem pelos militares –forças que têm lutado para assumir o controle do Estado. De fato, uma das propriedades menos notadas da Revolução Egípcia é sua dupla fonte de dinamismo: por um lado, temos o dinamismo da rua, não levado por qualquer força, mas radicado em técnicas antigas de viver fora de, e apesar de, imposições estatais. Por outro lado, temos as forças organizadas – nomeadamente, a Irmandade e os militares, mas também os partidos liberais organizados – que veem no dinamismo da rua apenas oportunidades políticas para os seus próprios interesses, e não um grande espetáculo revolucionário anunciando uma nova era e novas formas de pensar. Na verdade, fica-se impressionado pela mediocridade intelectual da elite política do Egito, evi-

denciada na composição esclerosada do atual governo, no seu roteiro sem inspiração para a democracia (que já havia sido proposta, quase literalmente, pelo presidente deposto), na qualidade ilegível da mídia que o patrocina e nas inúmeras teorias da conspiração de baixo grau que havia ficado de fora durante essa crise.

A Revolução Egípcia, assim como todas as revoltas árabes recentes, foi em grande parte um movimento de indivíduos comuns. Por “comum” quero dizer pessoas que não tinham compromissos ideológicos elaborados, nem filiação partidária, aqueles que antes de janeiro de 2011 quase nunca participaram de protestos políticos de rua e raramente votavam nas eleições. Essas revoluções de indivíduos comuns não contam com a orientação de líderes carismáticos ou organizações hierárquicas. Para os seus participantes, elas confirmaram que uma pessoa é, agora, o agente da história. Apesar desse sentimento romântico ter levado a uma cultura muito enriquecida de engajamento, incluindo muita criatividade artística, debates altamente dinâmicos e ambientes de conversação em todos os lugares, não gerou um estado que se assemelhasse ou pelo menos fosse em si inspirado por essa dinâmica social de baixo. Parece que, para a maioria dos egípcios comuns, o que se queria da revolução era um estado que vivesse com eles, em vez de simplesmente governá-los. Mas o estado egípcio raramente foi gerido de acordo com essa expectativa, e depois do massacre de agosto, está ainda mais longe de tais fantasias.

TOs detentores do poder atual no Egito capitalizam-se sobre um ambiente implacável de polarização, que foi a última fonte do massacre de agosto. Ainda que o ambiente tenda a beneficiar qualquer governo que prometa ser forte o suficiente para proteger uma parte contra a outra, também é um ambiente propício para aquele tipo de política entendida, principal-

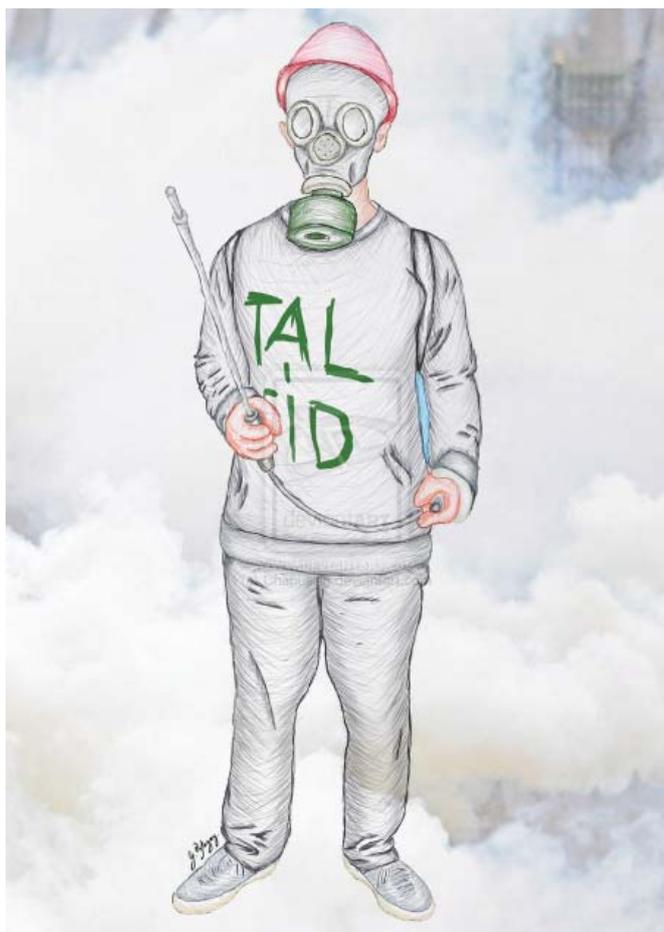
mente, como a arte de eliminar o adversário. Essa lógica produziu vários confrontos, abrindo o caminho para a matança em grande escala em 14 de agosto: um crime contra a humanidade, justificado como “a vontade do povo”. O Partido Wafd, entre outras forças liberais, imediatamente aprovou o horror, com o argumento de que as forças de segurança simplesmente assumiram a tarefa delegada a eles pelo “povo”, que, presumivelmente, acabou em 26 de julho apoiando o pedido do general Sisi para dar-lhe um mandato para combater o “terrorismo” (pelo que ele deve ter se referido a algo em torno de um terço da população).

Mas, mesmo se o que aconteceu no dia 14 de agosto foi a vontade do “povo”, ainda assim seria um crime contra a humanidade. Esse crime começa com a preparação habitual: desumanizar o inimigo, o que os meios de comunicação egípcios e alguns intelectuais egípcios fizeram incessantemente, de modo que um banho de sangue parecesse justificável e racional. Em segundo lugar, esse tipo de crime exige uma determinada aproximação da vida política: a crença de que a política é a arte de eliminar um inimigo, completamente. E, em terceiro lugar, a crença de que tal tarefa pode realmente ser feita. Todas as três formas de pensar foram fornecidas em abundância nos últimos meses. Mas, especialmente desde 03 de julho, tenho ouvido inimigos da Irmandade dizendo que esse era o momento de acabar com o movimento de uma vez por todas. Assim, um crime contra a humanidade é, em última análise, um ato de superstição: a crença de que um pouco de sangue vai resolver um problema que nós não queremos entender. Se as revoluções são servidas pela razão, como Herbert Marcuse já entendera em 1940, elas são desfeitas por superstição, isto é, justamente de onde elas devem ser salvas. ■

<sup>1</sup> Ver Bamyeh, Mohammed A. (2013) “Anarchist Method, Liberal Intention, Authoritarian Lesson: The Arab Spring between Three Enlightenment.” *Constellations* 20(2): 188-202.

# > Do insulto à insurreição

Por **Polat Alpman**, Universidade de Ankara, Turquia



O Homem Talcid - um dos muitos símbolos de protesto no Parque Gezi - referindo-se à solução Talcid que alivia a dor nos olhos atingidos por gás lacrimogêneo.

O conservadorismo islâmico já chegou ao poder na Turquia, não uma, mas três vezes, cada vez aumentando sua base de apoio. Ele tomou um caminho político que se estende desde o poder político até a dominação social, e até mesmo cultural. Ele tenta remover a tutela do exército turco e, por meio de reformas econômicas e políticas, abrir os impasses da questão curda e da questão do véu. Ele cria a União Europeia como um ideal e, com a sua administração psico-econômica, faz uma Turquia hospitaleira para os mercados internacionais e eficaz em assuntos estrangeiros dentro de sua própria região.

Com o tempo, o regime adquiriu o apoio da maioria, e isso agora o motiva a projetar a vida social de acordo com sua própria imagem. A influência política do exército turco, de fato, diminuiu, mas a polícia foi reforçada, sendo cada vez mais percebida como organização que trabalha apenas para o benefício do governo. A academia e a mídia foram censuradas (ou autocensuradas). O bizarro discurso do “grande homem” e a política do “homem educado”<sup>1</sup> foi rotinizada.

Ainda assim, o descontentamento foi montado, marcado pela raiva silenciosa das vítimas da transformação urbana, do uso opressivo da subcontratação e da ausência de melhorias materiais para a maioria das pessoas, apesar do suposto fortalecimento da economia. As greves de fome nas prisões exigiam a possibilidade de conduzir a defesa legal em sua língua materna. Fechando a Praça Taksim para as celebrações do 1º de Maio, com falsas desculpas, o regime irritou muitos, assim como a construção de uma terceira ponte em Istambul, que será chamada Yavuz Sultan Selim, o sultão otomano que massacróu um grande número de Alevi. Há também questões que o governo não quer assumir, como a onipresença da violência, torturas e estupros dirigidos às crianças curdas na prisão Pozanti, o massacre de curdos em Roboski/Uludere em 2011 e os atentados “terroristas” em maio de 2013, em Reyhanli.

Os incidentes do Parque Gezi começaram como um mero protesto. No entanto, para o primeiro-ministro, esse protesto foi uma provocação ideológica projetada por



conspirações internas e externas. Em função de seu desejo excessivo de poder, e de sua relutância em assumir os compromissos que a democracia requer, o primeiro-ministro efetivamente transformou as ruas em uma extensão de sua política. A escalada ao conflito, que começou em 31 de maio, poderia ter sido evitada se ele não tivesse acusado pessoas de serem “saqueadores” e “servos de interesses especiais”. Chegar a um acordo teria sido muito mais fácil se ele não tivesse constantemente apontado o dedo para os manifestantes, declarando-os inimigos públicos – e não haveria manifestantes mortos pela polícia.

Em 1º de junho, o povo atravessou barricadas policiais *en masse*, entrou no Parque Gezi e, de lá, fizeram sua voz ser ouvida em todo o mundo. A polícia retirou-se e deixou o parque, que, em seguida, transformou-se em um festival para que todos pudessem expressar suas queixas. Uma nova cultura de resistência surgiu com seu senso de humor, seu grafite e o uso generalizado dos meios de comunicação social. Os movimentos feministas e GLBTT foram particularmente proeminentes, expondo discursos sexistas com *slogans* como “*não xinguem mulheres, gays e prostitutas*” ou “*resistam obstinadamente, mas não condenando*”.

No sábado, 15 de junho, o primeiro-ministro realizou uma demonstração pública em Ancara, supostamente para revelar os “interesses especiais” e as forças subversivas em ação por trás dos incidentes de Gezi. Ele disse que, no dia seguinte, haveria uma demonstração pública em Istambul e, então, o Parque Gezi teria que ser evacuado imediatamente. O ataque policial, resultante disso, que se utilizou de bombas de gás, canhões de água e cassetetes,

foi um fiasco. Sendo um fim de semana, o parque parecia um parque de diversões, cheio de crianças, idosos e deficientes, que ficaram todos perplexos por essa invasão repentina de bombas de gás. Fiel à sua palavra, no dia seguinte, o primeiro-ministro chegou a uma Istambul purgada para realizar sua manifestação pública, sem se preocupar que os hospitais estavam cheios de feridos, machucados e até mortos, enquanto muitos ativistas estavam sob custódia.

A resistência continuou. As pessoas se juntaram no Parque Gezi e em outros parques para organizar fóruns de discussão sobre a política do governo e o futuro da cidade. Eles estão criando sua própria linguagem, sua própria cultura e sua própria consciência urbana. O movimento social exigiu que o governo protegesse as comunidades étnicas e que concebesse a sociedade em termos de sua pluralidade e não simplesmente em termos majoritários. Exigiu direitos irrestritos à liberdade de expressão e de associação.

Como as ações no Parque Gezi se desenvolveram do protesto ao motim e, agora, do motim à resistência, elas se transformaram em um movimento social mais influente, pedindo a substituição das regras pessoais com uma institucionalização mais profunda da democracia. Junto com as demandas de Gezi, os manifestantes chamam a atenção para o problema curdo. Todo o mundo está assistindo como o governo irá abordar essas questões, e se ele será capaz de mudar seu caminho. ■

<sup>1</sup> A expressão “homem educado” é um adjetivo utilizado comumente pelo Recep Tayyip Erdoğan e implica a administração de “um homem”.

# > Parque Gezi: A arte da resistência

Por **Zeynep Baykal**, Universidade Técnica do Oriente Médio, Turquia, e Membro do Comitê de Investigação sobre Racismo, Nacionalismo e Relações Étnicas (RC05) da ISA; e Nezihe Ba ak Ergin, Universidade Técnica do Oriente Médio, Turquia, e Membro dos Comitês de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Urbano (RC21) e Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47) da ISA



A fachada do Centro Cultural Atatürk – um ícone de Istanbul – foi transformada em uma galeria pitoresca, retratando a resistência à demolição do Centro e a proposta de reformas do Parque Gezi Park e da Praça Taksim.



“Viver como uma única árvore e em liberdade e fraternidade como as árvores de uma floresta, esse é o nosso anseio.”

## Nazim Hikmet

**É** muito difícil expressar nossos sentimentos sobre os últimos dois meses de resistência, junho e julho de 2013, que foram únicos e inspiradores, não só para a Turquia, mas para todo o mundo. “*Todo lugar é Taksim; Todo lugar é resistência*” tornou-se um slogan famoso, afirmado em muitas línguas e ocasiões. Muitas pessoas com consciência ambiental e urbana se reuniram para protestar contra a demolição urbana do parque Gezi junto à Praça Taksim, em Istambul. No entanto, ninguém estava pensando que defender “duas ou três árvores” levaria a um amplo movimento de emancipação e dignidade.

Ainda assim, é difícil afirmar que esse movimento foi simplesmente uma reação contra a destruição do parque. Pelo contrário, foi provocado pelas declarações do primeiro-ministro sobre as vidas privadas dos jovens e das mulheres, e das restrições à liberdade de expressão e direitos humanos. Foi um protesto contra a nova regulamentação, aprovada durante a noite, sem discussão ou consulta, que deslocou moradores do centro das cidades e de favelas (*gecekondu*), da habitação social e de bairros antigos. Esse tipo de discurso oficial continuou durante esses dois meses, levando a uma participação massiva de pessoas comuns, que foi se aprofundando por intervenções policiais, transformando os protestos em campos de batalha. O governo proibiu celebrações em 01 de maio de 2013, que haviam sido planejadas para a Praça Taksim, em razão dos projetos em andamento lá. Ele atacou brutalmente as pessoas que protestavam contra o fechamento do Cinema

Emek, que seria substituído por um shopping center, destino também do Centro Cultural Atatürk e do teatro Muammer Karaca, apesar de Istambul ter sido condecorada com distinção como a Capital Europeia da Cultura em 2010. O governo tomou a ofensiva contra todos os aspectos da arte – atores, orçamentos, figurinos e *mise-en-scène* de peças de teatro e performances.

Reivindicando bens comuns urbanos contra as diversas formas de cercos, grupos profissionais, plataformas políticas e associações de bairro se uniram sob a bandeira da *Solidariedade Taksim* que vinha lutando há anos com problemas relacionados ao urbano. Durante esses dias, diferentes esquerdistas, socialistas, curdos, anarquistas e grupos LGBT, pessoas kemalistas e, de forma mais ampla, pessoas comuns de diferentes classes e gerações, mas especialmente os jovens da “geração X/Y”, todos caminharam juntos, cheios de emoções e convívio.

O Parque Gezi tornou-se uma luz incandescente para o direito à cidade, o direito de usar e acessar o centro da cidade, o direito de participar da tomada de decisão sobre a produção do espaço, o direito à autorrealização, tornando a cidade uma obra de arte. Um dos principais termos relacionados com a resistência foi *çapulcu*, uma palavra do Primeiro-Ministro Erdogan, usada para se referir aos manifestantes como “saqueadores”. A palavra foi reapropriada pelos manifestantes, conferindo a ela conotações positivas, ou seja, as pessoas passaram a estar orgulhosos de estar lutando por seus direitos, pela sua dignidade como seres humanos, resistindo a todas as formas

de opressão. Essa resistência civil foi além dos partidos políticos para tornar-se local de atuação coletiva e de linguagem, saindo das salas fechadas para os “fóruns de solidariedade” presentes nos parques de bairros em cidades de todo o país.

Em tal ambiente, onde os chamados “canais de informação” oferecem apenas ideologia, a arte política surge, ganhando força a partir de um humor criativo, circulando nos meios de comunicação social, o que surpreendeu as estruturas de poder e desafiou as suas tradições e repertórios políticos. Durante esses bélicos, mas carnavalescos, dias, a imaginação, a arte e o humor produziram novos slogans de esperança, fora das alegorias convencionais, escritas nas paredes das ruas, reapropriadas e recuperadas.

A ampla gama de imagens, personagens populares, palavras e elementos culturais refletem a reunião de diferentes grupos, mas todos fazendo as mesmas reivindicações democráticas. A “inteligência desequilibrada” do repertório cultural bem-humorado da geração dos anos 80 e 90, geralmente acusada de ser apolítica, artisticamente resistiu à “violência desequilibrada da polícia”, que causou seis mortes, centenas de feridos e quinze pessoas que ficaram cegas. Os manifestantes cantaram as letras das marchas “Çapulcu”, compostas por eles mesmos. Os principais atores da popular série de TV, *Muhteşem Yüzyıl* e *Behzat Ç.*, tornaram-se “figuras populares” na resistência. Não apenas da Turquia, mas de todo o mundo, artistas como Patti Smith, Joan Baez e Roger Waters apoiaram o protesto com suas fotos, vídeos e concertos. Jogos de palavras se tornaram slo-



gans do movimento: de filmes populares (“V de Vingança” se transformou em “V for Mrs. Vildan”, descrevendo as donas de casa que participam da resistência; a expressão “Daytime Clark Kent, Superman Nightfall” significava os trabalhadores de colarinho branco que participam na resistência após o trabalho), cantores (“Justin Bieber” se transformou em “Just in Biber/Pepper”, que se refere ao uso excessivo de gás de pimenta pela polícia), canções (“Everyday I’m shuffling” se transformou em “Everyday I’m çapul-ing”) e slogans de futebol e comerciais (“Nokia Connecting People” se transformou em “fascism connecting people”).

A fachada do Centro Cultural Atatürk, na Praça Taksim, foi transformada na “cara comum” da resistência, como o era nas fotos lendárias das celebrações do 1º de maio. Havia também outras criações artísticas no Parque, incluindo teatro, diferentes formas de apresentações de dança, cinema e música. O mascote mais significativo da resistência, comumente usado em desenhos nas paredes, era o “pinguim”, que se refere

ao documentário da CNN turca, que foi transmitido no exato momento das agressões policiais. O “Standing Man” (duranadam), que ficou imóvel e em silêncio por oito horas durante os protestos, foi um dos heróis do Parque Gezi, assim como o “Talcid Man” (Talcid é um medicamento para o estômago para diminuir os efeitos do gás de pimenta) ou a “Woman in Red” (a mulher que enfrentou o spray de pimenta nos primeiros dias). Eles foram transformados em símbolos coletivos através de gráficos exibidos no Facebook. O “Man Standing” – que, na verdade, era o coreógrafo Erdem Gündüz – ficou na frente do Centro Cultural Atatürk e iniciou um novo tipo de resistência, apenas “ficando em pé”. Outros, cuidadosamente, leram livros na frente da polícia. Outro tipo importante de resistência, mais um jogo satírico sobre as palavras do Primeiro Ministro após ele se referir ao movimento como “panelas e frigideiras, sempre fazendo o mesmo ruído”, foi sair fazendo barulho com tachos e panelas nas varandas de toda a cidade. Quando o clima ficou mais calmo, os manifestantes começaram a pintar as escadas das ruas com as

cores do arco-íris.

Em suma, os protestos na Praça Taksim e no Parque Gezi representaram uma nova politização, uma memória coletiva e linguagem para além da política convencional. Como os estudiosos têm sublinhado, mas muitos políticos têm negado, o espaço urbano tem potencial para revelar suas injustiças “espaciais”, obscurecidos pela “política como de costume”. Revelando as divisões sociais, a arte produz uma unidade universal, imprimindo cenas nas profundezas da nossa consciência. A arte coletiva de *çapulcu*, agora conhecida como “chapulling”, pode ser apagada das paredes das ruas, mas não vai ser tão fácil erradicá-la dos corações e mentes das testemunhas e participantes da resistência Gezi. Embora não haja compensação pela perda das pessoas assassinadas, Ethem Sarısülük, Abdullah Cömert, Mehmet Ayvalıtış, Medeni Yıldırım, Ali İsmail Korkmaz e Ahmet Atakan, nós terminamos com o slogan otimista pintado nas paredes das ruas: “Nada será o mesmo novamente, enxugue suas lágrimas”. ■

# > O experimento da Índia em benefícios básicos de renda

Por **Guy Standing**, Escola de Estudos Orientais e Africanos, Reino Unido

**A** globalização não trouxe apenas maiores desigualdades, mas também incerteza econômica crônica para a população do mundo. Os governos falharam em desenvolver efetivamente ou adaptar os sistemas de proteção social para reduzir a insegurança econômica. Eles se voltaram a testes de meios, testes de comportamento, seletividade, focalização, condicionalidades e trabalhos temporários para o governo. O universalismo emancipatório foi sacrificado por toda parte.

Nesse contexto, tem havido um interesse renovado nos benefícios de renda mínima universais sem condicionalidades, ou seja, transferências de dinheiro dadas a todos os cidadãos para garantir que eles tenham uma renda mínima. Enquanto as transferências de renda condicionadas tornaram-se populares em todo o mundo, a alternativa universal incondicionada não tem sido adequadamente considerada. Entrei na SEWA (Associação de Mulheres Autônomas, na sigla em inglês), em um projeto financiado pela UNICEF, para lançar estudos pilotos sobre a eficácia de tais benefícios de renda universais na Índia.

Na Índia, o debate público sobre benefícios monetários tem sido controverso. De um lado, estão os defensores dos subsídios alimentares, querendo estender o Sistema

de Distribuição Pública para 68% da população, conforme previsto no Projeto de Lei Nacional de Segurança Alimentar, agora em discussão no Parlamento. Os críticos acreditam que isso irá piorar a corrupção, ter um grande custo, fornecer alimentos de baixa qualidade e ser insustentável. Por outro lado, os defensores das transferências de dinheiro têm sido acusados de querer dismantlar os serviços públicos e reduzir os gastos sociais. O verdadeiro problema é que as políticas existentes deixaram mais de 350 milhões de pessoas, cerca de 30% da população, mergulhada na pobreza, mesmo depois de duas décadas de alto crescimento econômico.

Nesse contexto, em 2011, lançamos dois projetos-piloto para testar o impacto dos benefícios de renda mínima, financiados pela UNICEF, com a SEWA como coordenadora. Os resultados foram apresentados em uma conferência em Nova Déli entre 30 e 31 de maio (2013), com a presença do Presidente da Comissão de Planejamento da Câmara dos Deputados e do Ministro de Desenvolvimento Rural, que está no comando das políticas de transferência de renda. Uma apresentação privada foi feita mais tarde para Sonia Gandhi, a pedido dela.

Em oito aldeias em Madhya Pradesh, cada homem, mulher e criança recebeu um pagamento mensal de,

inicialmente, 200 rúpias para cada adulto e 100 rúpias para cada criança, pagas à mãe ou responsável; estes foram posteriormente aumentados para 300 e 150 rúpias respectivamente. Também foi operado um esquema semelhante em uma aldeia tribal, onde, durante 12 meses, todos os adultos receberam 300 rúpias por mês e cada criança 150. Outra aldeia tribal foi utilizada para comparação.

O valor foi pago individualmente, inicialmente como dinheiro e depois de três meses em contas bancárias ou de cooperativas. As autoridades nacionais e estaduais aprenderam as lições que devem seguir se quiserem lançar benefícios monetários diretos em todo este vasto país.

Nos projetos-piloto, os moradores não foram autorizados a substituir os subsídios de alimentos por subsídios em dinheiro. Não foram impostas condições sobre os beneficiários. Consideramos isso crucial. Aqueles que são a favor de condicionalidades dizem, na verdade, que não acreditam que as pessoas farão o que é de seu interesse, e que o formulador da política é quem sabe o que é melhor.

Os criadores dos projetos-pilotos acreditam que os subsídios de renda básica funcionarão de forma ideal com bons serviços públicos e investimentos sociais, e que eles iriam funcionar melhor se implementados através de uma organização local

CRIANÇAS EM FAMÍLIAS COM RENDA BÁSICA MAIS PROPENSAS À MELHORA DO DESEMPENHO ESCOLAR, 2012

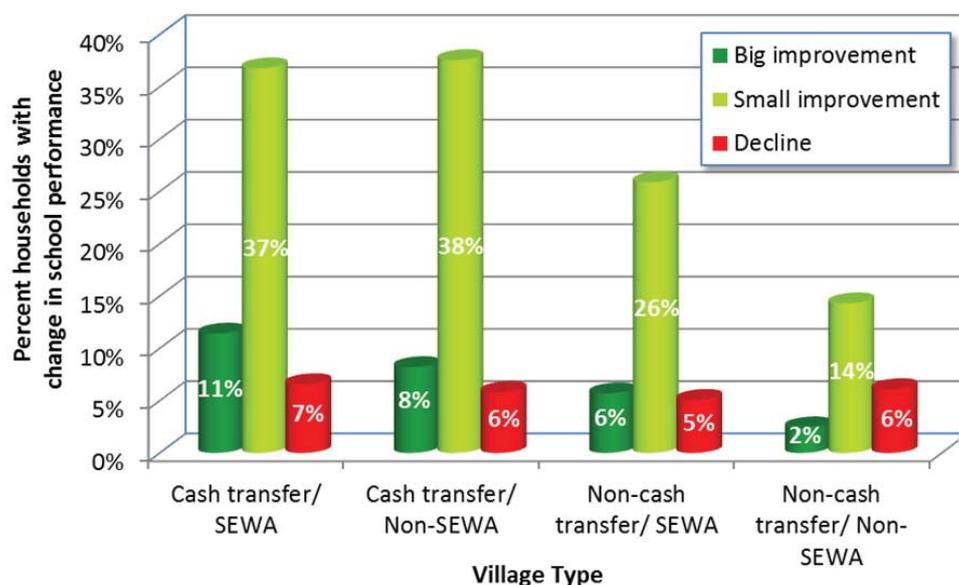


Figura 1

de expressão, ou seja, um corpo que desse aos membros a capacidade de agir em uníssono. Essa tem sido a minha posição sobre a renda básica há muitos anos, ou seja, que ela só vai funcionar perfeitamente se os vulneráveis tiverem uma representação institucional. Portanto, como um teste desta afirmação, em metade das aldeias selecionadas, a SEWA estava em operação, enquanto na outra metade não estava.

Os críticos afirmam que os benefícios seriam um desperdício, causariam inflação e reduziram o crescimento, através da redução da oferta de trabalho. Os defensores acreditam que eles têm o potencial para remover obstáculos à melhoria dos padrões de vida e ao desenvolvimento econômico baseado na comunidade.

A partir de um censo básico que coletou dados sobre muitas características demográficas, sociais e econômicas e, em seguida, com uma pesquisa de avaliação intermediária e final, que abrangeu os mesmos aspectos, estudamos o impacto dos subsídios de renda básica durante 18 meses, usando estudos controlados aleatórios (RCT) que comparam os resultados nas famílias e aldeias que receberam

os rendimentos básicos com os resultados em outras doze aldeias “de controle” nas quais ninguém recebeu os rendimentos básicos. Além disso, mais de 80 estudos de caso detalhados, dando conta das experiências individuais e familiares, foram realizados por uma equipe independente.

Temos muitas outras análises a fazer, mas como a conferência mostrou a história é bastante clara. Antes de mencionar alguns resultados, observe-se que, ao contrário de algumas afirmações, a maioria das pessoas não prefere receber subsídios em produtos (abrangendo arroz, trigo, querosene e açúcar) e, como resultado da experiência de renda mínima, mais pessoas preferiram dinheiro a produtos. Onze resultados se destacam.

1. Muitos usaram o dinheiro para melhorar as suas habitações, latrinas, paredes e telhados, e para tomar precauções contra a malária.
2. A nutrição melhorou, particularmente em famílias pertencentes às castas inferiores (intocáveis) e às tribos. Talvez a descoberta mais importante foi a melhora significativa no peso médio por idade das crianças mais novas (dado da Organização Mundial de Saúde), e mais ainda en-

tre as meninas.

3. Houve uma substituição das lojas governamentais de provisões por mercados, viabilizada pelo aumento da liquidez financeira. Isso melhorou as dietas, com mais legumes e frutas frescos, ao invés do restrito leque de grãos velhos subsidiados, muitas vezes misturados com pedras embalados em sacos adquiridos por meio das lojas do Sistema de Distribuição Pública (PDS), o sistema de segurança alimentar regulado pelo governo. As melhores dietas ajudaram na melhoria da saúde e da energia das crianças, associadas a uma menor incidência de doenças sazonais e ao uso mais regular de medicamentos, bem como uma maior utilização dos serviços de saúde privados. Os serviços públicos devem melhorar!

4. A melhoria na saúde ajuda a explicar a melhoria da frequência e do desempenho escolar (figura 1), que também foram resultado do fato de que as famílias podiam comprar coisas como sapatos e pagar por transporte escolar. É importante que as famílias tomem atitudes elas mesmas. Não há necessidade de condicionalidades custosas. As pessoas, quando tratadas como adultos, aprendem a ser



CRESCIMENTO DA RENDA DE TRABALHO POR RENDA FAMILIAR BÁSICA, 2011-12

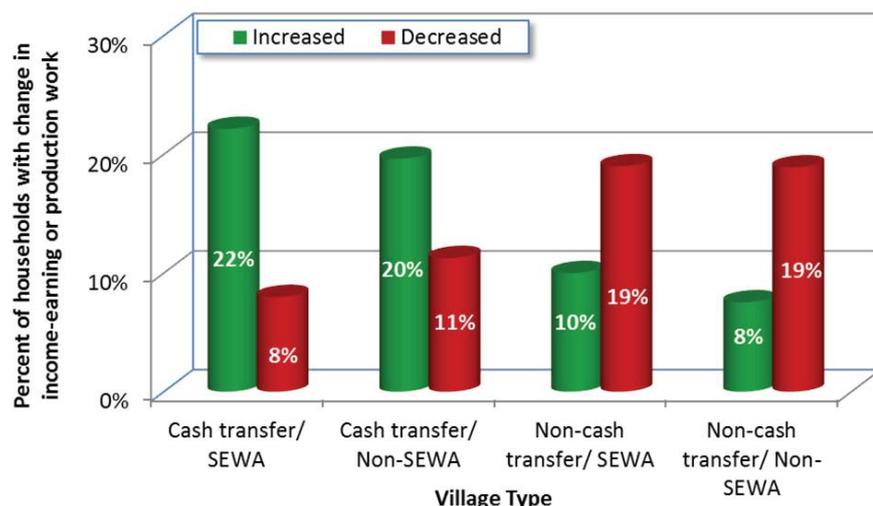


Figura 2

adultos; as pessoas, quando tratadas como crianças, permanecem infantilizadas. Nenhuma condicionalidade é moralmente aceitável, a menos que você esteja disposto a tê-la aplicada a si mesmo.

**5.** O esquema teve resultados positivos do ponto de vista da promoção da equidade. Na maioria dos aspectos, houve um efeito positivo maior para os grupos mais desfavorecidos - famílias de castas inferiores, mulheres e pessoas com deficiência. De repente, eles tinham seu próprio dinheiro, o que lhes dava mais capacidade de negociação na família. Empoderar as pessoas com deficiência é um aspecto tristemente negligenciado nas políticas sociais.

**6.** Os subsídios de renda básica levaram a investimentos de pequena escala - mais e melhores sementes, máquinas de costura, criação de pequenas lojas, reparos em equipamentos, e assim por diante. Isso foi associado a uma maior produção e, assim, a rendimentos mais elevados. O efeito positivo sobre a produção e crescimento significa que a elasticidade da oferta iria compensar a pressão inflacionária devido a qualquer aumento da demanda por bens e alimentos básicos. Foi encorajador ver o renascimento

de cepas de grãos locais que haviam sido dizimadas pelo PDS.

**7.** Contrariando os cétricos, os benefícios geraram mais trabalho e emprego (figura 2). Mas a história tem nuances. Houve uma substituição do trabalho assalariado casual pelo trabalho por conta própria (autônomo) na agricultura e nas atividades comerciais, com menos emigração motivada por crises. E as mulheres tiveram ganhos maiores que os homens.

**8.** Houve uma redução não esperada na servidão por dívida (*naukar, gwalla*). Isto tem enormes implicações positivas para o desenvolvimento local e a equidade.

**9.** Aqueles com renda básica eram mais propensos a reduzir suas dívidas e menos propensos a entrarem em dívidas maiores. Uma razão era que eles tinham menos necessidade de contrair empréstimos para fins de curto prazo, com taxas de juros exorbitantes de 5% ao mês. Na verdade, os únicos moradores locais nos projetos pilotos que tinham do que reclamar eram os agiotas.

**10.** Não se pode subestimar a importância da liquidez financeira em comunidades de baixa renda. O

dinheiro é um bem escasso e monopolizado, dando enorme poder aos agiotas e funcionários públicos. Evitá-los pode ajudar a combater a corrupção. Embora as famílias fossem desesperadamente pobres, muitas conseguiram guardar um dinheiro e, assim, evitar entrar em dívidas mais profundas quando encaravam alguma crise financeira advinda de doença ou morte de familiares.

**11.** A política tem um potencial transformador, tanto para as famílias como para as comunidades de aldeias. O todo é maior do que a soma das partes. Ao contrário dos programas de subsídios alimentares que travam as estruturas econômicas e de poder no lugar, entrincheirando distribuidores corruptos de cartões para BPL (Abaixo da Linha de Pobreza, na sigla em inglês), de quotas de alimentos, e dos numerosos sistemas do governo que supostamente existem, os benefícios de renda mínima deram aos moradores mais controle sobre suas vidas, e geraram efeitos benéficos para a equidade e o crescimento.

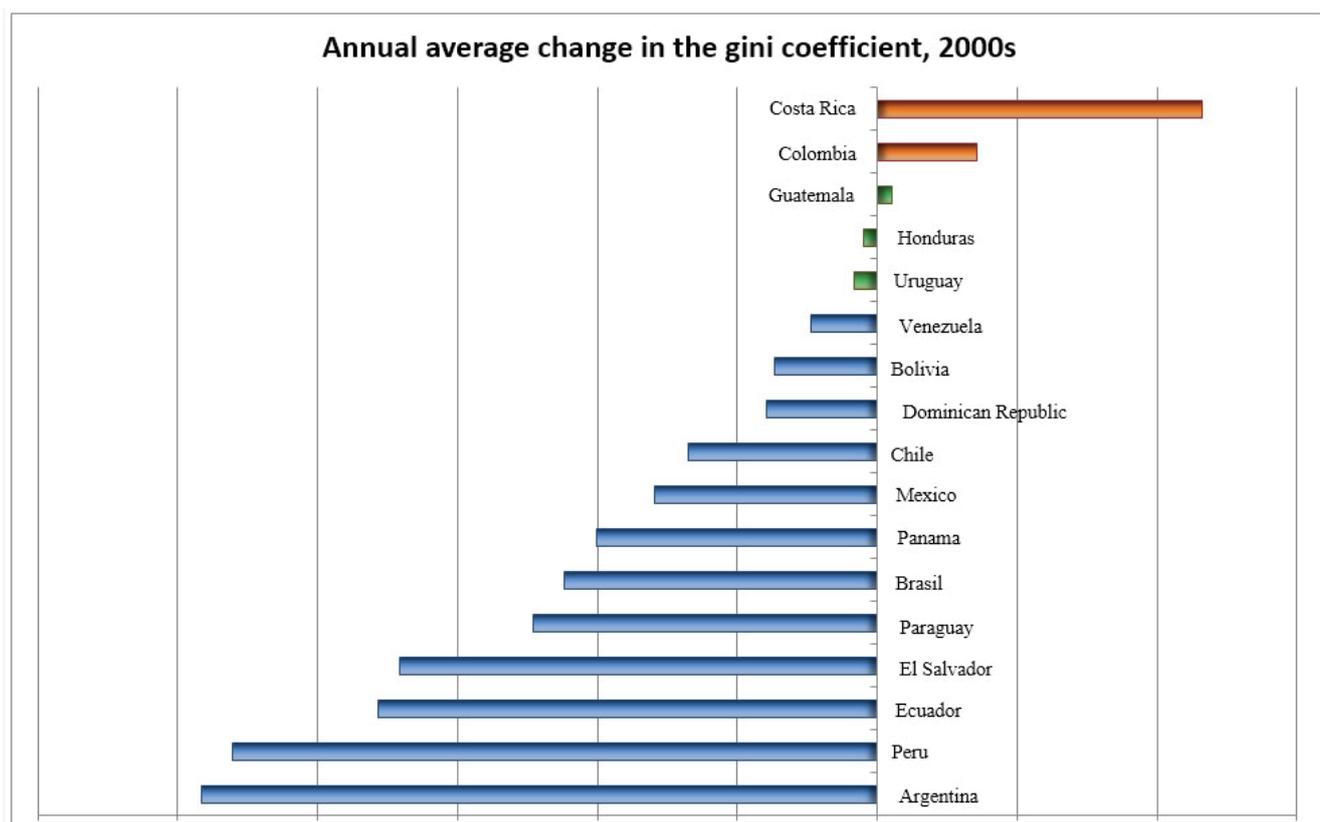
Argumentamos no debate público na Índia que as políticas universais podem ser menos onerosas do que as políticas focadas. A focalização, seja pelo desacreditado cartão para BPL ou por outros métodos, é cara para projetar e implementar. Todos os métodos de focalização têm erros evitados de exclusão - pesquisas avaliativas demonstraram que apenas uma minoria dos mais pobres tinham cartões para BPL.

Em suma, os benefícios de renda mínima poderiam ser uma parte vital de um sistema de proteção social do século 21. Estes são tempos muito importantes para a política social indiana. O antigo paternalismo deve ser rejeitado e um novo sistema progressista, construído. ■

# > A queda da desigualdade na América Latina: Quanto? Quão sustentável?

Por **Juliana Martínez Franzoni**, Universidade da Costa Rica, Membro do Comitê de Pesquisa sobre Pobreza, Bem-estar Social e Políticas Sociais (RC19) da ISA, e **Diego Sánchez-Ancochea**, Universidade de Oxford, Reino Unido

PADRÃO DE MUDANÇA DA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA.



**A** América Latina, tradicionalmente, tem sido a região mais desigual do mundo e tem sofrido com as consequências negativas da desigualdade: políticas disfuncionais, elites poderosas, tensões sociais e dificuldades na redução da pobreza. Durante a última década, no

entanto, pela primeira vez desde que as estatísticas acerca da desigualdade estão disponíveis, a região como um todo e doze dos dezoito países testemunharam uma queda na desigualdade de renda.

O que explica essa mudança sem precedentes? Houve a chamada “vi-



rada à esquerda” no cenário político: após transições democráticas, lideradas principalmente por governos conservadores, em toda a região, os partidos progressistas assumiram o poder executivo e ganharam maiorias no legislativo no início dos anos 2000. Há poucas dúvidas de que os governos de esquerda da Venezuela ao Chile colocaram a distribuição no centro de sua agenda política, mas a desigualdade também reduziu sob governos conservadores em países como Colômbia e México. Em toda a região, houve mudanças políticas refletindo a decepção generalizada com as ideias neoliberais e sua promessa não cumprida de que os mercados criariam empregos formais e recursos para políticas sociais (principalmente antipobreza).

A maioria dos novos governos se beneficiou de condições externas positivas. Com a China comprando muitos recursos para financiar seu milagre manufatureiro, o preço internacional das *commodities*, como gás, petróleo, soja e carne, sofreu um aumento extraordinário, e as exportações latino-americanas cresceram rapidamente. Entre 2000 e 2009, as exportações latino-americanas para a China aumentaram sete vezes, fazendo crescer os dólares disponíveis para financiar novos programas sociais.

A combinação de recursos fiscais e partidos que creem no papel ativo do Estado para a distribuição levou a mudanças positivas na política trabalhista e social. O emprego formal cresceu junto com os salários médios e mínimos, e a cobertura de programas sociais ampliou-se. Entre 2008 e 2012, a América do Sul até mesmo conseguiu proteger os empregos formais e os gastos sociais em meio a uma das piores crises globais experimentadas no último século. Mais de 100 milhões de pessoas foram atingidas com transferências monetárias através de

programas que vinculavam dinheiro e acesso a serviços sociais básicos – os chamados programas de transferência condicionada de renda.

Claro, o desempenho não foi o mesmo em todos os países. Alguns foram mais bem sucedidos que outros na promoção de mudanças positivas, não só em termos de investimento social, mas da criação massiva de emprego e formalização de acordos trabalhistas. No Brasil, o resultado do esforço de formalizar empregos e aumentar o salário mínimo tem sido espetacular: entre 2002 e 2012, o número de brasileiros na classe média aumentou de 69 milhões (38% do total) para 104 milhões (53%). O Uruguai tornou-se o único país da América Latina que se utiliza da negociação coletiva, com sucesso, para beneficiar grandes segmentos da população. Outros países têm feito muito em termos de políticas sociais expansionistas, ainda que não tão bem em termos de melhoria das condições de trabalho em geral. Curiosamente, esse desempenho misto é encontrado em países liderados pelo que algumas pessoas chamam de esquerda “boa” e fiscalmente responsável (como no Chile), e também pela esquerda “má”, “populista”, como na Bolívia.

As recentes melhorias levaram alguns a falar de uma nova era e a apresentar a América Latina como uma vitrine para o resto do mundo – em tempos em que a desigualdade continua a crescer, de Madrid a Pequim. No entanto, devemos ter cuidado com o excesso de otimismo e reconhecer deficiências significativas na trajetória recente da América Latina.

Primeiro, os enormes ganhos da década de 2000 em relação à incorporação social e trabalhista não atingiram totalmente a América Central, que abriga mais de 80 milhões de

pessoas: os países ao norte do Panamá continuaram a depender da exportação da sua força de trabalho, principalmente para os Estados Unidos, e a desigualdade só diminuiu significativamente em El Salvador (e, mesmo lá, a confiança dos dados está em dúvida, sobretudo devido às dificuldades de acesso aos muito ricos e aos muito pobres em comunidades violentas). Países da América Central estão se esforçando para aumentar as receitas do governo, reduzir a influência da elite e, ao mesmo tempo, desenvolver bons empregos e serviços sociais de alta qualidade.

Em segundo lugar, na região como um todo, os ricos continuam a controlar a maior parte dos recursos e não estão pagando uma parcela justa de impostos. Salvo poucas exceções ligadas aos proventos da extração de petróleo e de gás na Bolívia e na Argentina, a distribuição ocorreu sem tocar nos lucros corporativos. Construídas em grande parte em torno de laços familiares, as empresas latino-americanas continuam a ser tão avarentas como antes. No Brasil, os mais ricos supostamente perderam comparativamente nos últimos anos, mas os executivos de alto nível em São Paulo ganham uma média de 600.000 dólares por ano – mais do que em Nova Iorque ou Londres.

Por último, e mais crítico, há uma falta comum de progresso nas transformações da economia. Da mesma forma como há um século, a América Latina ainda vende matéria-prima em troca de produtos manufaturados com maior valor agregado. Isto é particularmente preocupante, não só porque diminui a criação de emprego formal e torna seu progresso dependente da China, mas também porque essa economia extrativista representa uma ameaça para o futuro do planeta. ■

# > A China na África

Por **Ching Kwan Lee**, Universidade da Califórnia, Los Angeles, EUA



Gerentes e supervisores chineses com uma impressionante perfuradora na parte subterrânea da Mina Chambishi. Foto por Sven Torfinn.

Caro Michael, saudações de Kitwel!

**S**im, eu estou aqui fazendo trabalho de campo etnográfico em seu antigo reduto preferido – no cinturão de cobre da Zâmbia. Este mês, estou na mina Nkana – que os moradores garantem que outrora foi chamado de “Rhokana” – a mina onde você fez sua própria pesquisa há 40 anos para *The Colour of Class*. Agora, eu acabei exatamente no mesmo lugar. Como você deve saber, sob pressão do FMI, o governo da Zâmbia foi forçado a privatizar as minas de cobre a partir de 1997. Nkana foi “embrulhada”, junto com a Mufulira, e vendida a Glencore, a histórica e notável comerciante de commodities com sede na Suíça. A casa de mineração é agora chamada de *Mopani Copper Mines*.

Esses bangalôs próximos à mina podem muito bem ser aqueles em que você um dia morou. Eles são, agora,

escritórios de gestores, engenheiros e geólogos. Contornando a mina, há vários condomínios com alta densidade habitacional, onde muitos mineiros vivem, em meio ao esgoto a céu aberto e, em sua maioria, sem eletricidade e apenas com torneiras de água de uso comum. Meu coração se entristece cada vez que vejo pequenas crianças descalças perambulando pelas estradas repletas de destroços e garrafas de cerveja quebradas. Não posso deixar de me perguntar se você deixou a Zâmbia em seu momento mais esperançoso e confiante, exatamente antes de começar um declínio contínuo de quatro décadas de estagnação, até mesmo de involução. Apenas a partir de 2004, aproximadamente, quando os preços mundiais do cobre tiveram uma forte recuperação impulsionada pela demanda voraz da China e da Índia, é que as pessoas viram sinais de recuperação econômica. Mas, mesmo agora, o desemprego e a pobreza ainda estão alastrados.

Comecei a visitar a Zâmbia há cinco anos, seguindo o capitalismo chinês até a África. Como um pesquisador da mão de obra chinesa por quase vinte anos, eu estava intrigado com a enxurrada de relatórios críticos nos meios de comunicação ocidentais sobre a “exploração da mão de obra chinesa”, histórias que sempre terminavam com um fantasma inelutável do “neocolonialismo chinês”. De fato, placas chinesas estão por toda parte no cinturão de cobre, anunciando a chegada do Banco da China, empreiteiros reformando estradas, erigindo o elegante estádio Ndola em forma de ninho de pássaro e construindo a infraestrutura para a recém comissionada zona de cooperação econômica Zâmbia-China, ancorada pelas estatais chinesas *Chambishi Copper Mine* e *Chambishi Copper Smelter*.

Mas, logo depois que cheguei, percebi que a presença chinesa é apenas



parte de um influxo maior de capital internacional no cinturão de cobre. A maior casa de mineração aqui, *Konkola Copper Mines*, é de propriedade da Vedanta, uma corporação multinacional com escritório em Londres, sediada na Índia. Uma das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale, adquiriu recentemente a mina Lubambe, e a sul-africana *First Quantum Minerals Limited* está controlando uma mina a céu aberto em Kansanshi, de longe, a mais rentável. Juntamente com a Mopani, de propriedade suíça, é fácil ver como a privatização do cinturão de cobre transformou esta área em um local privilegiado para a sociologia comparativa. Eu vim com um quebra-cabeça a resolver: qual é a peculiaridade do capital chinês na África? Eu espero que uma comparação dupla – entre empresas chinesas e não chinesas e entre construtoras e mineradoras – me permita especificar os interesses, capacidades e práticas das empresas chinesas que as distinguem como “chinesas” em vez de simplesmente “capitalistas”.

Uma comparação superficial entre os nossos diferentes modos de entrada em campo aponta para um mar de mudanças na economia política da Zâmbia durante os 40 anos que separam nossos projetos. Em ambos, o capital estrangeiro é um jogador poderoso. Eu sempre pensei nessas empresas como reinos fechados protegidos por camadas de verificações de segurança e reivindicações de propriedade sobre informações da empresa. Por intermédio de conexões pessoais, você invadiu esse mundo como um trabalhador de tempo integral na unidade de investigação pessoal que trabalhava para as duas companhias mineiras da época – *Anglo American Corporation* e *Roan Selection Trust*. Tentei seguir uma rota similar, mas minha entrevista de trabalho com o secretário do Partido Comunista Chinês na fundição chinesa terminou desastrosamente. O chefe do partido fez o que um gestor do século 21 faria – ele me “procurou no google”, e ficou horrorizado ao ver meu trabalho sobre protestos de trabalhadores na China e na Zâmbia. De-



Trabalhadores zambianos e seu chefe chinês. Foto por Sven Torfinn.

pois de me dar lições sobre como o discurso global sobre a “corrida chinesa para a África” é apenas o mais recente exemplo da humilhação da China pelo Ocidente imperialista, ele me mandou embora. Eu não tinha escolha a não ser ir “desertar” para o outro lado. Com um golpe de sorte providencial – e todos os trabalhadores de campo têm que ter sorte em algum momento – eu fiz amizade com um político da oposição zambiana que havia tomado conhecimento de um artigo que escrevi sobre a China na Zâmbia. Consolando-me depois da minha entrevista de emprego arruinada, ele disse, “Espere até que nós estejamos no poder”. Assim o fiz – seu partido venceu as eleições de 2011! Como Vice-Presidente da República, ele convocou os CEOs das grandes minas e me introduziu como um Consultor do Governo na Zâmbia.

Essa anedota ressalta, talvez, um alinhamento significativo de interesses entre um Estado Africano e minas multinacionais. Isso me lembra da necessidade de levar a sério o interesse e a agência do Estado zambiano, e não tomar como pressuposta sua impotência. Influenciado por Frantz Fanon, seu argumento em *The Colour of Class* foi de que a independência política sem mudança econômica estrutural não poderia levar a um Estado-Nação autônomo ou uma burguesia nacional efetiva. Mas hoje, o regime de partido único da Primeira República da Zâmbia foi substituído por um sistema multipartidário competitivo desde 1991, coincidindo com a imposição de

privatizações e programas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI. Vinte anos de neoliberalismo exacerbaram tanto o descontentamento de massa acerca da persistência da pobreza e da desigualdade que os partidos políticos foram compelidos a endurecer com as minas de propriedade estrangeira. Nos últimos anos, para o desespero total e a indignação das empresas de mineração, o Governo da Zâmbia impôs impostos sobre lucros extraordinários (que foram posteriormente cancelados, entretanto), anulou unilateralmente os acordos de desenvolvimento usados para privatizar as minas, dobrou as taxas de royalties minerais e está, agora, treinando tecnocratas para realizar auditorias forenses no interior das minas. Eu vejo minha pesquisa como parte de um esforço do Estado de tornar as minas financeiramente e sociologicamente legíveis. Claro, é mais fácil para os políticos aproveitar a onda de “nacionalismo de recursos” – um nacionalismo que garante apoio político mediante a distribuição da receita da mineração – do que alimentar a capacidade estatal que pode gerar desenvolvimento. Trabalhar com o Governo da Zâmbia e dentro dele apenas o ressalta de forma acentuada e triste.

Como os investidores chineses e estrangeiros irão navegar nessa nova realidade africana e orquestrá-la? Terei que escrever um livro, em vez de uma nota de saudação, para responder a isso. Este é apenas um prólogo para um diálogo global no futuro. ■

# > Suportando as ondas

## A vida e o trabalho de um marinheiro moderno

Por **Helen Sampson**, Universidade de Cardiff, Reino Unido, membro da diretoria do Comitê de Pesquisa em Sociologia do Trabalho (RC30) da ISA

*Marinheiro Filipino, Miguel, aguarda infinitamente sob o escaldante sol mexicano. Foto por Helen Sampson.*



**U**m marinheiro está empoleirado no parapeito da parte de trás do navio. O sol quente do México o golpeia. É tão feroz que o ar parece crepitar. O marinheiro está no ancoradouro, com um rádio VHF, à espera de instruções. Ele está ali já há duas horas, mas ele não pode se afastar. Não pode procurar uma sombra e não há nada para beber. Ele não sabe por quanto tempo ainda vai esperar. O navio é um petroleiro. Ele está atracado em um porto no México e sua partida foi adiada. O piloto está a bordo esperando para guiar o navio para mar aberto. O capitão e os oficiais de navegação estão na ponte. Ainda assim, nada acontece. Uma embarcação de chegada atracou nas proximidades do porto e o navio espera permissão para partir. A garganta do marinheiro está seca. Ele está cansado e infeliz, mas não irá reclamar.

Eu conheci esse marinheiro ao fazer pesquisa por observação participante a bordo de navios no mar<sup>1</sup> – pesquisa



financiada pelo Conselho de Pesquisa Social e Econômica do Reino Unido no Centro Internacional de Pesquisas Marítimas (SIRC, na sigla em inglês), com base na Universidade de Cardiff. Seu nome era Miguel<sup>2</sup> e eu fiquei com ele e seus colegas de tripulação durante uma viagem a bordo de um navio-tanque de vinte anos de idade construído no Japão. O petroleiro, de 40.500 toneladas de peso sem carga, era relativamente pequeno para os padrões modernos. Seu comprimento total era de 179 metros e sua largura de 30 metros. Todos os marinheiros a bordo eram homens e tinham vindo de cinco países. Os oficiais eram croatas, paquistaneses e bengaleses. Os “ratings” – marinheiros – eram filipinos e os instaladores, turcos. Miguel era um timoneiro filipino (“AB”, de *able-bodied*). Como tal, ele era um “rating”, mas não ocupava o mais baixo posto a bordo (que seria um “marinheiro comum” ou um “serviçal”). Miguel e seus colegas filipinos tinham sido recrutados para um contrato de nove meses por intermédio de uma agência que fornece marinheiros para o operador do navio. Se ele tivesse se queixado naquela ocasião, ele teria sido enviado de volta para casa. E se ele tivesse sido enviado para casa, temia que fosse colocado na lista negra por agentes da tripulação do Manila, e, assim, não poderia nunca mais trabalhar no mar. Então, a nova casa que estava construindo para a família não teria sido concluída. Ele não teria sido capaz de pagar a assistência médica de seus pais e seus filhos não teriam recebido a educação que ele desejava. Primos, tias e tios, todos dependiam de suas remessas de dólares, e não havia oportunidades em terra que lhe permitissem ganhar algo que se aproximasse do valor que

recebia no mar. Ele sequer pensava em reclamar.

A vida de um marinheiro é completamente dominada pelo trabalho. “Oficiais do relógio”, eles trabalham sete dias por semana, cada semana de seu contrato. Como um marinheiro me descreveu: “*Meu trabalho é muito chato, muito duro de trabalhar... 365 dias a bordo, trabalhando todos os dias, trabalhando todos os dias, trabalhando todos os dias*”. Às vezes, quando um navio está longe da costa, os marinheiros que não estão encarregados da vigilância podem ser autorizados a tirar o domingo de folga. Em alguns navios, um churrasco pode ser organizado. Em muitos, o domingo não é marcado por nada de especial, exceto por algumas horas de descanso. No porto, nada perturba o ritmo de trabalho, nem as horas do dia, nem os dias da semana. O navio só rende dinheiro para seu operador se estiver regularmente em movimento. Um navio eficiente entra e sai do porto em questão de horas, carregando e descarregando a carga tão rapidamente que os marinheiros raramente têm a chance de serem autorizados a ir à costa. O navio é descrito por muitos como uma prisão, mas é uma prisão que paga, e, em países em desenvolvimento, há uma oferta disponível de marinheiros dispostos a sacrificar suas vidas familiares, suas amizades e seus próprios prazeres em função de um retorno financeiro que o trabalho regular com empresas de reputação internacional pode trazer. Como um marinheiro explicou, “*a vida no navio é muito solitária... Tenho saudades dos meus filhos, e é difícil trabalhar em navios, muito difícil*”.

No entanto, para muitos marinheiros, o preço do trabalho no mar é maior ainda. Ser marinheiro é uma ocupação perigosa. Em novembro de 2011, um navio transportador de pequeno porte ao largo da costa do norte do País de Gales partiu-se em dois em meio a mares revoltos, e seis de seus oito tripulantes a bordo morreram. Um sobrevivente descreveu como “o navio se quebrou na metade direita até o meio. Eu vi com meus próprios olhos... era inútil tentar salvar o navio”<sup>3</sup>. Isso não é incomum. Em 2010, cerca de um navio em cada 670 foi perdido. Há riscos, também, relativos à natureza mesma do trabalho a bordo: riscos de lesões nas costas, dedos esmagados, ossos quebrados, lesões oculares, riscos da carga e das máquinas pesadas, e os riscos de fumaças nocivas. Inclusive, há preocupações sobre a saúde mental dos trabalhadores marítimos, que estão confinados em um navio por meses a fio. Eles podem estar trabalhando com outras nacionalidades e utilizando uma segunda língua (geralmente o inglês) para se comunicar. Eles podem ter pouco contato com suas famílias, má alimentação e um alojamento apertado. Além disso, eles têm pouca chance de fugir da vigilância de seus superiores. A vida no mar é dominada pela estrita hierarquia, dia e noite, quando se trabalha e quando se está de folga. Não há como escapar e são muito poucos os intervalos de folga. ■

<sup>1</sup> Ver Sampson, H. (2013) *International Seafarers and Transnationalism in the Twenty-First Century*. Manchester: Manchester University Press.

<sup>2</sup> Miguel é um pseudônimo usado para proteger a identidade dos marinheiros que participaram da nossa pesquisa.

<sup>3</sup> Notícia da BBC News: “Swanland shipwreck to be examined by robot submarine”, em 6 de janeiro de 2012.

# > Porto Rico

## Uma ilha de Massacres?

Por **Jorge L. Giovannetti**, Universidade de Porto Rico, San Juan, Porto Rico



“Massacre” ao estilo porto riquenho – 4 pessoas alvejadas até a morte.

**H**ouve dez massacres em Porto Rico em 2012. Desde maio de 2013, a mídia que noticia os massacres reportou um total de seis nesta possessão americana caribenha de 3,7 milhões de habitantes.

Embora em 2011 Porto Rico tenha obtido uma posição pouco lisonjeira no Estudo Global de Homicídios das Nações Unidas e sua taxa de homicídios tenha sido manchete no New York Times, o fato de ter havido dezesseis massacres em um período de dezesseis meses não recebeu atenção internacional. Embora eu não esteja defendendo que estatísticas de violência devam ser a medida do reconhecimento internacional da ilha, me chamou a atenção o fato de que um único massacre em um cinema no Colorado recebe mais cobertura da mídia do que uma ilha vivenciando massacres

praticamente mensais.

Mesmo com a atenção frequentemente mórbida que as redes mundias de notícias prestam para a violência, o padrão dos eventos em Porto Rico não é o de “últimas notícias”. Seu foco está em eventos isolados e no Ocidente, não no resto do mundo. Mas outra razão por que esta chocante sequência de massacres não chamou a atenção das organizações de notícia, ou de sociólogos, talvez tenha a ver com números e nomeação. É preciso de somente três vítimas fatais por um incidente violento para que ele seja denominado massacre pela mídia porto riquenha.

No nível local, a prática de nomear massacres quando atingem sua terceira vítima parece ser inquestionável. Alega-se que é a medição utilizada pela polícia para categorizar



estes incidentes e, entretanto, quando o superintendente de polícia qualificou um deles como “incidente com múltiplas vítimas”, sem utilizar a palavra massacre, criminologistas locais repreenderam-no. Um professor de justiça criminal justificou o uso da palavra porque “de acordo com o costume ou norma, este tipo de terminologia é aplicada para casos com três ou mais vítimas”.

Mas dentro de um quadro comparativo global, ou quando a mídia de Porto Rico noticia massacres em outros lugares, o uso local da palavra pode ser problemático. Por exemplo, jornais porto riquinhos usaram na manchete da primeira página a palavra “MASSACRE”, em letras maiúsculas, para dois acontecimentos qualitativamente diferentes: o primeiro, local, foi o assassinato de quatro pessoas em um tiroteio entre dois carros, e o internacional foi o tiroteio que atingiu 69 pessoas por Anders Breivik na Noruega. Claramente, a fusão de dois tipos diferentes de violência sob o mesmo nome impede nosso entendimento de ambos os acontecimentos e da violência em geral.

Escrevendo sobre massacres, Jacques Semelin sustenta que “a sociologia tem negligenciado este campo de estudos por muito tempo, deixando-o para os historiadores”. De fato, historiadores e também psicólogos sociais contribuíram grandemente para a nossa compreensão sobre a violência coletiva, mas com foco nos genocídios. A literatura sociológica inclui Charles Tilly, que examinou variedades de violência coletiva, mas sem conceitualizar o massacre. Wolfgang Sofsky e Semelin ambos descreveram os ingredientes específicos de um massacre, e definiram-no como “uma forma de ação que é em sua maioria coletiva e que almeja destruir os não combatentes”. No entanto, ninguém estebelece quantas vítimas constituem um massacre. A única definição que se refere a “três ou mais pessoas” é a da Comissão de Direitos Humanos da Guatemala, mas somente se outras características forem identificadas (nomeadamente, a intenção de eliminar a oposição, criar terror, tratamento cruel e degradante de vítimas, e perseguição sistemática).

Voltamos à estaca zero, sem sermos capazes de determinar se o assassinato de três pessoas em Porto Rico é de fato um massacre. Elementos das definições acima, e também o fato de que Semelin parece conceber o massacre como um ato que é parte de – ou que acontece antes de – um genocídio (o que então inclui o elemento da eliminação total), levantam a questão da intenção em nossa abord-

agem analítica dos massacres e seus perpetradores – seja a morte de três em Porto Rico ou de dezenas em outro lugar. Será que uma execução rápida entre dois carros com metralhadoras entre gangues rivais de tráfico de drogas cumpre o critério degradante? Foi a principal intenção de Breivik a eliminação total de membros do partido dos trabalhadores norueguês? Adam Lanza mirou um grupo específico (étnico ou outro) em na escola *Sandy Hook Elementary*, em Connecticut?

Como sociólogos, nós certamente precisamos fazer uma análise mais profunda do enorme terreno que existe entre atos individuais de violência e genocídios, pois aqui é onde o massacre como um fenômeno social existe. Alguns podem argumentar que, uma vez que nós sabemos o que aconteceu em um incidente fatal de violência coletiva (como as mortes em 2012, nas aldeias de Houla, na Síria), não importa se o nomeamos como massacre ou não. Bem, nós podemos saber o que aconteceu, mas nós não iremos entender por que e como aconteceu. Nomear algo como a primeira palavra no catálogo de atos impensáveis de violência não devia ser uma saída fácil do processo de entendimento.

Além do mais, se tomarmos de Pierre Bourdieu a ideia de que ao nomearmos coisas nós as criamos, nós podemos de fato acabar – pelo menos em Porto Rico – com massacres definidos com base apenas em números (como três vítimas ou mais), sem levarmos em conta outros critérios sociológicos importantes. Isto não é irrelevante. Em anos recentes, Porto Rico esteve imerso em um profundo debate sobre a pena de morte, mais recentemente desencadeada por um julgamento da Corte Federal contra o autor de um massacre, em 2009. Entre afirmações públicas, um político local defendeu a punição capital para “autores de massacres”, presumivelmente definidos em estilo porto riquinho. Talvez não demore até que a ilha testemunhe outro julgamento por massacre, um no qual a própria definição da palavra pode estar em julgamento. “Discurso jurídico”, afirma Bourdieu, “é um discurso criativo que traz à existência aquilo que profere”. Se massacres podem, legalmente, se transformar em qualquer assassinato de três vítimas através da definição da mídia ou de alguns políticos, e se a pena de morte se tornar a punição para seus executores, talvez seja a hora de os sociólogos se engajarem em uma conceitualização mais elaborada de execuções em massa e massacres. ■

# > Barreiras reais ao diálogo Sul-Sul

Por **Eliana Kaimowitz**, Centro para o Estudo do Direito, Justiça e Sociedade (Dejusticia), Bogotá, Colômbia



35

| Ilustração por Arbu.

**I**magine que você é um ativista de direitos humanos de uma pequena cidade na América do Sul, que está tentando impedir que uma empresa europeia de mineração continue a poluir a água potável de sua comunidade. Você recentemente ouviu que uma ativista de direitos humanos na África conseguiu parar a mesma empresa de poluir a fonte de água de sua cidade. Idealmente, você poderia entrar em contato com esta pessoa, telefonar para ela, mandar um e-mail ou, ain-

>>

da melhor, encontrá-la pessoalmente. Não há nada como um encontro face a face para facilitar o compartilhamento de informações.

Você poderia pensar que, se dois ativistas querem se reunir para ter um intercâmbio pessoal e profundo, eles podem simplesmente entrar em um avião, conhecer seu colega, e trocar ideias. Isto pode ser verdade se eles forem da América do Norte e Europa, mas não é tão verdadeiro para as pessoas do Hemisfério Sul.

Supreendentemente, nesta era da globalização e de fontes infinitas de informação, para que duas pessoas do Sul Global se encontrem é preciso muito tempo, dinheiro e esforços gastos em processos burocráticos que podem se transformar em obstáculos intransponíveis. Mesmo quando o custo de sua viagem é coberto, pessoas do Hemisfério Sul precisam de visto para fazerem conexões no Norte, uma vez que a maior parte dos trajetos de vôos passam pela Europa e EUA, bem como um visto para entrar na Colômbia. Para eles, o aviso que diz “visto necessário” poderia na verdade dizer “não entre”.

Como pesquisadores do Desjusticia, um *think tank* sobre os direitos humanos sediado em Bogotá, Colômbia, nós aprendemos isso da forma mais difícil. Nosso projeto de Liderança Global em Direitos Humanos pretende abrir mais espaços para intercâmbios Sul-Sul. Embora tenhamos tido algum sucesso, nossos esforços foram algumas vezes frustrados pelos processos cruéis de vistos que não consideram o tempo, dinheiro e o custo emocional de preenchimento de formulários, viagens e gasto de horas à espera de permissão para contribuir para o intercâmbio global de informações. É claro que, quando se trata de trocas face a face, não há condições iguais entre Norte-Norte e Sul-Sul.

Uma troca judicial bem sucedida entre juizes de tribunais constitucionais do Quênia e Colômbia, que ocorreu em Bogotá, em fevereiro de 2013, nos mostrou o quão enriquecedoras experiências Sul-Sul podem ser. Esta troca foi produtiva porque estes dois países do Hemisfério Sul compartilham histórias similares de violência, levantes étnicos e políticos e persistência da pobreza. Juristas dos EUA e Colômbia, por exemplo, não poderiam ter a mesma conversa. No entanto, um juiz americano pode pegar um vôo direto de Miami para Bogotá, e se, suponhamos, em seu caminho o avião parar no Panamá, ele não precisa de um visto de trânsito. Os juizes do Quênia tiveram que viajar pela União Européia e/ou EUA e foram obrigados a apresentar um visto de trânsito entre os dois lugares.

Mais recentemente, o Dejusticia organizou um *workshop* de uma semana para jovens ativistas de direitos humanos do Hemisfério Sul, que trabalham em indústrias extrativistas, para virem à Colômbia e se encontrarem com sociólogos para melhorar suas habilidades de pesquisa e comunicação. Depois de um processo abrangente e altamente



| Diálogo Sul-Sul!

seletivo de inscrição, dezesseis participantes da América do Sul, África e Ásia foram escolhidos pra participar. Mas, antes que pudessem vir ao nosso *workshop*, eles tiveram que passar por inúmeros labirintos de vistos. Tivemos uma participante de Uganda que precisava de um visto colombiano e acabou solicitando-o em Londres, porque não existe embaixada colombiana em Uganda e por acaso ela já tinha um visto para o Reino Unido. Nosso participante de Papua Nova Guiné teve que voar para a capital de seu país, onde ele obteve um visto australiano, para que ele pudesse voar para Sydney e pedir um visto colombiano e um visto de trânsito para os EUA, para então voar por mais de 24 horas para chegar à Colômbia via Nova Iorque. Claramente, governos e companhias aéreas não entenderam completamente a importância do intercâmbio Sul-Sul!

O que acontece quando às organizações do Hemisfério Sul faltam tempo, dinheiro, ou habilidades para navegar pelos campos minados dos vistos e trajetos de companhias aéreas? Que tipo de trocas de informação esses processos globais impedem? Tanto o Norte quanto o Sul precisam começar a considerar seriamente estas questões. O Norte deve começar por eliminar estes vistos de trânsito, para facilitar o compartilhamento de informações. O Sul precisa começar a pensar coletivamente sobre como nós podemos eliminar estas barreiras entre nós e o resto do mundo para permitir um fluxo livre de informações e pessoas. Um primeiro passo seria parar de exigir vistos entre países do Hemisfério Sul ou, ao menos, fazer uma exceção para ativistas e pesquisadores. Caso contrário, todos nós perdemos grandes oportunidades para aprender e compartilhar com as pessoas de todo o mundo que podem ter as soluções para nossos problemas nacionais. ■

# > Devagar e sempre O desenvolvimento da sociologia na Albânia

Por **Lekë Sokoli**, Instituto Albanês de Sociologia, Tirana, Albânia, e Membro do Comitê de Investigação em Sociologia Comparada (RC20) e Sociologia das Migrações (RC31)



Plenária do 6ª Conferência Internacional do Instituto Albanês de Sociologia: "Educação Tempos Turbulentos: Albânia nos Contextos Global e Europeu," 21-22 de novembro de 2011.

da Academia de Ciências da Albânia. O marxismo-leninismo era a verdade última, monopólio do Partido [Comunista] Trabalhista, que era imune a qualquer tipo de crítica. Não se baseava nas evidências empíricas ao considerar os problemas sociais. As escolas tradicionais de pensamento, incluindo o existencialismo, a psicologia freudiana, o estruturalismo e a fenomenologia, foram totalmente proibidas, como também o foram as obras de Platão, Aristóteles, Hegel, Dostoiévski, Sartre etc. Weber, Durkheim, Simmel, Pareto, Popper, Mill, Parsons, Merton e outros famosos pensadores sociais do Ocidente não significavam nada para nós.

A luta contra a sociologia também foi considerada parte da chamada luta de classes, como podemos perceber a partir das *Correntes de pensamento político e social na Albânia*, um "prestigioso" livro publicado em 1985 pela Academia de Ciências da Albânia, apenas quatro anos antes da queda do Muro de Berlim:

"O sociólogo francês Auguste Comte



**D**urante as duas últimas décadas, houve transformações extremas e multidimensionais na Albânia. Economicamente, passamos de uma economia centralizada, em que o Estado era o único proprietário e o único empregador, para uma economia liberalizada, porém caótica; politicamente, passamos de um regime stalinista autoritário para uma democracia problemática; socialmente, passamos da "distribuição igualitária da pobreza" para as mais extremas disparidades sociais, mais radicais do que em qualquer outro lugar do Leste Europeu. A Albânia tornou-se um laboratório para o estudo sobre mudanças rápidas e os problemas

sociais a elas associados, bem como sobre a migração internacional, vivida por metade da população (35% permanente, 15% temporária) em apenas duas décadas.

As transformações pós-comunistas da Albânia também trouxeram com ela a primeira onda de sociologia. Na maioria dos países do Leste Europeu, sempre houve alguma tradição sociológica, mesmo que sob os mais rígidos regimes comunistas. Na Albânia, por outro lado, a sociologia foi completamente banida do currículo universitário. Nunca houve um departamento de sociologia na Universidade de Tirana e nenhum instituto de sociologia entre os cerca de 40 institutos

é conhecido como o primeiro criador da sociologia burguesa. A sociologia positivista de Comte surgiu como uma reação contra o marxismo, para reconciliar as contradições entre proletariado e burguesia, e sabotar a luta de classes que estava se intensificando...”

Nesse livro, e em outros da época, a sociologia é considerada burguesa, reacionária, racista, anti-humana e uma ciência imperialista. Até 1990, todos os sociólogos do mundo eram considerados perigosos, e todas as escolas de pensamento social foram proibidas, exceto a versão local “albanesa” do marxismo.

Um “novo rumo” na sociologia foi adotado somente após a morte de Enver Hoxha, o ditador albanês, em 1986. Em seu discurso para o 9º Congresso do Partido Comunista da Albânia, conhecido como “o congresso da continuidade”, o novo líder albanês R. Alia mencionou a sociologia entre outras ciências sociais pela primeira vez em um documento oficial, dizendo:

*“A prioridade das ciências técnicas e naturais não deveria eliminar o papel das ciências econômicas, filosóficas, sociológicas, jurídicas e educacionais – em outras palavras, as ciências sociais – quando se consideram os principais e atuais problemas da construção do socialismo e da guerra ideológica.”*

Então, o caminho oficial para o desenvolvimento da sociologia foi aberto, mas com algumas condições estritas: (1) referir apenas à experiência original albanesa, (2) ser uma sociologia militante, relacionada com a construção do socialismo e da guerra ideológica, (3) ser uma ciência marxista-leninista, com base apenas em textos marxistas-leninistas.

De tudo isso, fica claro que a sociologia poderia se desenvolver, só que com muitas dificuldades, e somente

depois do colapso do comunismo. O primeiro passo para sua institucionalização foi a criação da Associação Sociológica Albanesa (ALSA), nas vésperas da “grande transformação”, em novembro de 1990. Mas essa organização fracassou muito rapidamente, em primeiro lugar, porque seus membros fundadores eram muito variados – filósofos, demógrafos, advogados, historiadores, médicos, escritores, cientistas naturais, jornalistas, artistas e até mesmo arquitetos. Em segundo lugar, a ALSA falhou devido a interferências políticas externas.

A segunda tentativa de institucionalizar a sociologia na Albânia veio com a fundação, em setembro de 1991, de uma Faculdade de Filosofia e Sociologia separada da Universidade de Tirana. Mas, dentro de um ano, a Faculdade foi suspensa, a pedido do primeiro governo democrático, que chegou ao poder nas eleições de março de 1992, refletindo claramente a natureza política de sua oposição “democrática” à sociologia.

Em 1998, dois dos primeiros sociólogos albaneses (Tarifa e eu), na época nos EUA, fundamos a primeira revista internacional de sociólogos albaneses, *Sociological Analysis*. Foi um período muito crítico na história moderna do país, caracterizado pela agitação social, instabilidade política e colapso econômico – tempo de ruptura completa no tecido social.

Depois de muitos altos e baixos e atravessando muitas dificuldades, a Associação Sociológica Albanesa foi fundada em novembro de 2006, com o novo nome de Instituto Albanês de Sociologia (IAS). Desde 16 de abril de 2007, a IAS é membro coletivo regular da ISA, e desde 10 de outubro de 2008, membro da Associação Sociológica Europeia. Por iniciativa da IAS, e com o apoio do ISA, o Fórum Sociológico dos Balcãs foi fundado em Tirana, em novembro de 2011.

Com a fundação do Instituto Albanês de Sociologia, a disciplina começou a decolar: o primeiro departamento de sociologia foi fundado e, em seguida, outros surgiram. Agora, muitas universidades albanesas estão formando especialistas em sociologia na graduação, mestrado e, inclusive, no doutorado. Desde 2009, o governo albanês incluiu a ocupação de sociólogo na lista nacional de profissões. Também é ensinada em todas as escolas de ensino médio, universidades e um número considerável de *think tanks* estão realizando agora pesquisa sociológica.

Desde a sua primeira reunião, o IAS cresceu a partir de seus 35 membros fundadores originais, para 7 ou 8 vezes esse número hoje; a participação em nossos congressos cresceu de doze trabalhos na nossa primeira Conferência, em 2007, para 410 trabalhos apresentados por 587 autores e co-autores, que vieram de 22 países diferentes, na Sétima Conferência de Vlora, em 2012. Temos, agora, uma bibliografia em expansão de obras sociológicas em língua albanesa, assim como de várias revistas: *Social Studies*, *Sociological Analysis*, e *Sociological Lens*.

Se houve uma próspera “transição sociológica”, há novos desafios pela frente, como criar uma nova Associação Albanesa de Sociologia (AlbSA) democrática e efetiva, que irá envolver todos os sociólogos albaneses, continuar a organizar conferências anuais e fóruns, aumentar a cooperação com “sociólogos Sem Fronteiras” e, lentamente, aumentar o impacto da sociologia sobre as sociedades da Albânia e dos Balcãs. Uma coisa é clara: temos um importante papel a desempenhar tendo em vista os desafios do nosso grande pequeno país. ■

# > Tempos de turbulência a Terceira Conferência de Associações Nacionais da ISA

Por **Ayşe Idil Aybars**, Universidade Técnica do Oriente Médio, Turquia



*Após um dia exaustivo de escuta, dedicação, e comentários sobre trabalhos, os participantes dançaram, tentando seguir o estilo do movimento turcos, levando a exaustão a um outro nível.*

**A** Terceira Conferência do Conselho das Associações Nacionais da ISA foi realizada na Universidade Técnica do Oriente Médio (METU, na sigla em inglês) em Ancara, na Turquia, entre 12 e 17 de maio de 2013. A conferência foi organizada conjuntamente pela ISA, pelo Departamento de Sociologia da METU, pela Associação Turca de Ciências Sociais e pela Associação de Sociologia da

Turquia. O tema da conferência foi “Sociologia em tempos de turbulência: abordagens comparativas”, e os participantes eram representantes das Associações Nacionais (de Sociologia) de todo o mundo.

Como coordenador do Comitê de Organização Local, eu estava orgulhoso em sediar um grande encontro da ISA, pela primeira vez em Ancara. Eu posso verdadeiramente dizer que



a organização da conferência provou ser uma experiência muito emocionante e instrutiva, que levou mais de um ano e envolveu uma colaboração frutífera entre os sábios e inestimáveis membros da ISA, bem como conexões com inúmeros especialistas, administradores, representantes de organizações de financiamento e colegas maravilhosos da Turquia e de fora. Desnecessário dizer que nós também fizemos o nosso melhor para garantir que todos tivessem a oportunidade de conhecer as especificidades da cultura, história, gastronomia, música e dança turcas - tudo (é claro!) a partir de uma perspectiva sociológica.

O tema da conferência se mostrou muito oportuno e apropriado, conforme confirmaram os acontecimentos turcos que se seguiram ao rescaldo da conferência. Aqui, na Turquia, a "turbulência" foi desencadeada pela determinação da juventude em proteger as árvores em um parque no centro de Istambul. Isso se transformou em um protesto nacional contra as tentativas do atual governo de regular a vida das pessoas - uma

colisão que vem mantendo nós, os sociólogos turcos e cientistas sociais, em geral, muito ocupados tentando entender as implicações desses eventos para a sociedade, para a participação social e política, para o futuro da democracia e das liberdades fundamentais, para o papel da mídia na sociedade, e assim a lista continua. (Veja também os dois artigos de Zeynep Baykal e Nezihe Başak Ergin, e de Polat Alpman nesta edição da *Diálogo Global*).

Por sorte, a conferência nos proporcionou uma análise sociológica de uma experiência semelhante nos EUA, o movimento "*Occupy Wall Street*", ilustrando como os sociólogos podem aprofundar a compreensão de tais protestos e seu impacto sobre os terrenos social, cultural, econômico e político. O programa da conferência reuniu as experiências particulares de sociólogos de todos os continentes, passando por significativas transformações e crises globais ao longo das duas ou três últimas décadas. Foi um exercício informativo e desafiador tirar lições comparativas das transformações que, em diferentes graus,

vêm afetando as esferas econômica, política e social de cada país, exigindo abordagens inovadoras para dar sentido ao novo cenário social.

A Conferência provou mais uma vez como a sociologia, que surgiu a partir da agitação social de dois séculos atrás - turbulência que mudou o mundo para sempre, abrindo caminho para a chamada "sociedade moderna" - continua a responder a um vasto leque de desafios sociais e societários. Os trabalhos de sociólogos ilustres de diferentes contextos nacionais demonstraram que a postura crítica e criativa da sociologia de hoje está em excelente posição para tirar lições destes tempos de turbulência.

Em nome do Comitê de Organização Local, deixe-me expressar a nossa gratidão a todos os participantes por suas contribuições acadêmicas valiosas e ao Comitê Executivo da ISA, pelo seu apoio e orientação que ajudaram a garantir a boa organização da conferência. ■

# > Acadêmicos jovens e experientes se reúnem em Yokohama

Por **Mari Shiba**, Universidade de Nagoya e Membro do Comitê de Pesquisa em Sociologia das Migrações (RC31) da ISA, **Kyoko Tominaga**, Universidade de Tóquio, **Keisuke Mori**, Universidade Hitotsubashi e **Norie Fukui**, Universidade Kyushu, Japão



Acadêmicos na Conferência pré-Congresso em Yokohama, um ano antes do Congresso Mundial que será realizado em Yokohama, entre 13 e 19 julho de 2014. Seus rostos antecipar um emocionante Congresso.

**O**s Professores Koichi Hasegawa, Shujiro Yazawa, Yoshimichi Sato e Sawaka Shirihase - os principais membros do Comitê Organizador Local para o Congresso Mundial de Sociologia no próximo ano em Yokohama (entre 13 e 19 de julho) - realizaram uma atraente conferência preparatória para o Congresso, exatamente um ano antes. A ideia era trazer importantes estudiosos de todo o mundo - como os professores Margaret Abraham, dos EUA; Emma Porio, das Filipinas; e Han Sang-Jin, da Coreia do Sul - para um diálogo com jovens sociólogos japoneses. Isto é o que nós, jovens sociólogos, temos a dizer:

## > **Mari Shiba:**

Eu apresentei um trabalho sobre “Respeito Mútuo, Responsabilidade e Diálogo com Outros Dentro de Nós: Um Estudo de Caso sobre o Passado, Presente e Futuro de Crianças Adotadas de Outros Países”. Minha apresentação levantou a questão do essencialismo cultural no âmbito das



políticas multiculturais. Estou particularmente interessada no papel dos “mediadores” entre as comunidades majoritárias e minoritárias que podem construir o que poderia ser chamado de relações “amigáveis” além da mera coexistência multicultural. Como uma estudante de pós-graduação que participou do Congresso anterior, em Gotemburgo, e também participou do Segundo Fórum em Buenos Aires, deixe-me dizer que essas experiências me renderam toda uma nova rede de amigos e colegas e, portanto, eu encorajo os jovens sociólogos, onde quer que estejam, a vir à bela Yokohama no próximo ano para compartilhar suas pesquisas e traçar um caminho comum em direção a um futuro melhor para o mundo!

#### > **Kyoko Tominaga:**

Eu apresentei um artigo sobre “*Como Ativistas Conectam Seus Laços Fracos? Qual é o Seu ‘Senso de Comunidade’?: Os protestos anti-G8 como uma oportunidade para criar redes entre ativistas*”. Estou analisando movimentos de justiça global / movimentos antiglobalização no Japão. Eu reconheço que tais movimentos existem em diferentes países, mas com táticas, conteúdos e estilos de organização distintos, tornando-se não apenas globais, mas também nacionais e locais. As discussões da conferência me ajudaram a entender mais claramente os pontos fortes e fracos da versão japonesa dos movimentos de justiça global, bem como os limites do meu próprio quadro de investigação.

#### > **Keisuke Mori:**

Tive o prazer de ter a oportunidade de apresentar o meu trabalho “*Conectando-se ao Projeto do Terceiro Mundo: A Genealogia dos Movimentos contra Bases Militares na ilha de Okinawa a Partir de uma Perspectiva Mundial*”. Estou

tentando ligar a história do pós-Segunda Guerra Mundial de Okinawa, no Japão, às histórias das pessoas do mundo, através da análise das lutas comuns contra bases militares. A presença de ilustres visitantes com formações variadas me ajudou a localizar o meu estudo em uma perspectiva global.

#### > **Norie Fukui:**

Apresentei minha pesquisa “*Memória e Representação na sociedade pós-conflito da Irlanda do Norte*”. Minha pesquisa centra-se nos murais nas paredes da Irlanda do Norte, que mostram como duas comunidades urbanas vizinhas expressam hostilidade e empatia em relação a outra. Apesar de eu estudar a Irlanda do Norte, descobri que eu tenho um campo em comum com outros estudiosos que me ajudaram a aplicar as minhas ideias ao contexto asiático. Espero que o Congresso em Yokohama também seja assim.

Nós gostaríamos de terminar com algumas palavras de Margaret Abraham, Vice-Presidente de Pesquisa da ISA. Ela escreve: “*Os convidados ficaram impressionados com a variedade de temas abordados por esses jovens sociólogos, e como eles eram globalmente conscientes. Foi também gratificante ver como o Comitê Organizador Local japonês ampliou a iniciativa da ISA para conversas entre sociólogos jovens e experientes, realizada no Fórum de Buenos Aires em 2012. Por fim, deixe-me dizer que Yokohama é, de fato, um lugar bonito, e todo mundo estavam levando suas vidas como de costume, e a hospitalidade, a culinária, e o sushi foram verdadeiramente especiais. Será muito emocionante ter milhares de sociólogos de todo o mundo vindo para Yokohama no próximo ano para participar do XVIII Congresso Mundial de Sociologia da ISA!*” ■

# > Equipe espanhola da *Diálogo Global*

com sede na Universidade del Rosario, em Bogotá, Colômbia



**María José Álvarez Rivadulla**, Membro do Comitê de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Urbano da ISA (RC21).

Majo é Professora Associada de Sociologia da Universidade del Rosario, na Colômbia. Originalmente de Montevidéu, Uruguai, ela tem um doutorado em Sociologia pela Universidade de Pittsburgh e mora na Colômbia há cinco anos. Ela está interessada em desigualdade urbana com foco em privilégio, bem como em marginalidade e suas configurações espaciais. Especificamente, ela estudou as favelas, suas organizações, e suas redes clientelistas em Montevidéu. Ela também tem escrito sobre condomínios fechados, segregação residencial, e sobre o embelezamento das favelas através de megaprojetos como teleféricos extravagantes. Ela agora está trabalhando em um novo projeto para comparar a desigualdade subjetiva em diferentes países latino-americanos. Ela está envolvida com a edição em espanhol de DG desde que Michael Burawoy veio, pela primeira vez, para a Colômbia, em 2011, e a convenceu a fazê-lo. "Você não pode dizer não a Michael", ela brinca.



**Sebastián Villamizar Santamaría**.

Sebastián graduou-se em Sociologia pela Universidade de Rosário em 2011. Seus interesses de pesquisa estão na interação de classe, consumo, e espaço em cenários urbanos, o que o levou a fazer um mestrado em Geografia na Universidad de los Andes, onde está estudando a segregação residencial em Bogotá. Além de seu mestrado, ele atualmente trabalha como professor assistente na Universidade del Rosario com María José, além de ser assistente de pesquisa no DeJusticia, um *think tank* de direitos humanos, sediado em Bogotá. Ele está na equipe de tradução de espanhol de DG desde que esta se mudou para a Colômbia, em 2011.



**Andrés Castro Araújo**.

Andrés atualmente estuda sociologia na Universidade de Rosário. Ele tem amplos interesses em sociologia econômica (mais concretamente: trabalho, organizações e as profissões) e sociologia cultural - especialmente o papel do conhecimento especializado na sociedade. Sua pesquisa atual concentra-se na intersecção entre mercados, classes e categorias morais. Ele também é da equipe de tradução de espanhol de DG desde que esta se mudou para a Colômbia, em 2011.



**Katherine Gaitán Santamaría**.

Kathy acaba de se formar em sociologia na Universidade de Rosário, em Bogotá, na Colômbia. Seus principais temas de pesquisa são os movimentos sociais, gênero e sua intersecção com classe e etnia. Atualmente, ela faz parte de um coletivo em Bogotá que promove a mobilização social e ativismo entre os jovens, defendendo-os contra a violência arbitrária do Estado local, especialmente nas comunidades mais pobres. Ela também está envolvida em um projeto de intervenção social com a Fundação Konrad Adenauer em Cazucá, Soacha, um município muito pobre ao lado de Bogotá, para enfrentar alguns dos principais problemas sociais. Ela pretende continuar seus estudos de pós-graduação (ela já começou um programa de mestrado interdisciplinar em estudos sociais na Universidade del Rosario) e continuar a trabalhar com intervenção social na Colômbia.